

TOTVS S.A.

Companhia Aberta

CNPJ/MF Nº 53.113.791/0001-22

NIRE 35.300.153.171



Em cumprimento ao disposto nos artigos 9, 10 e 12 da Instrução CVM Nº 481, de 17/12/2009, a Companhia disponibiliza as seguintes informações para a realização da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a ocorrer em 21 de março de 2012 às 09hs00 em sua sede social:

- Item 10 do Formulário de Referência, contendo os comentários dos administradores sobre a situação financeira da Companhia (Artigo 9º, inciso III INCVM 481/09).
- Anexo 9-1-II da referida Instrução CVM 481/2009, contendo a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2011 (Artigo 9º, § 1º, inciso II INCVM 481/09).
- Itens 12.6 a 12.10 do Formulário de Referência, contendo informações sobre os membros do Conselho de Administração para o próximo mandato indicados pela Administração da Companhia (Artigo 10 INCVM 481/09).
- Item 13 do Formulário de Referência, contendo as informações relativas à remuneração dos administradores da Companhia (Artigo 12 INCVM 481/09).

Nota: os demais documentos exigidos pelo artigo 9º da INCVM 481/09, foram disponibilizados com as demonstrações financeiras arquivadas no sistema EmpresasNet da CVM em 31/01/2012.

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

A fim de atender a Deliberação CVM nº 637 de 06 de agosto de 2010, bem como a orientação constante do Ofício - Circular CVM/SEP/Nº005/2011, os comentários dos diretores da Companhia foram preparados no sentido de evitar a comparação de demonstrações financeiras elaboradas com base em padrões contábeis diversos.

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais

2009: O ano destacou-se pela bem-sucedida integração das operações da Datasul. A TOTVS apresentou recordes históricos de receitas e lucro líquido, comprovando os ganhos de sinergia e eficiência. A fim de consolidar a marca TOTVS, relevantes investimentos em propaganda e marketing foram realizados. O fluxo de caixa gerado nas atividades operacionais seguiu consistente, o que permitiu a elevação das disponibilidades da Companhia. As contas a receber de clientes cresceram 34%, porém permaneceu com prazo médio de recebimento inferior a 80 dias. A estrutura de capital não sofreu grandes mudanças, mantendo-se a predominância das dívidas de longo prazo e índice de liquidez corrente praticamente constante com a análise de 2008.

2010: A Companhia apresentou crescimento em todas as linhas de receita e também no número de clientes novos. O lucro líquido de 2010 foi recorde histórico, chegando a R\$138,196 milhões. O índice de liquidez corrente da TOTVS fechou o ano em 2,1, refletindo a capacidade da empresa em liquidar suas obrigações de curto prazo. O caixa totalizou R\$232,508 milhões, correspondentes a 16,4% do ativo total. Durante o ano de 2010, a TOTVS concluiu o processo de consolidação do sistema de distribuição e incorporou as estruturas das principais franquias de desenvolvimento, mantendo seu foco na melhoria contínua dos processos internos.

2011: A Companhia manteve o histórico de crescimento em todas as linhas de receita e, novamente com crescimento de dois dígitos (+13,3%) na receita líquida. O lucro líquido, por sua vez, registrou novo recorde histórico, chegando a R\$168,903 milhões. Em função da forte geração de caixa, a Companhia encerrou o ano com R\$287,079 milhões em caixa, e dívida líquida de 0,2x EBITDA.

b. estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

A Companhia não considera a hipótese de proceder ao resgate de suas ações.

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não aplicável.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia tem apresentado plena capacidade de pagamento dos compromissos financeiros assumidos, uma vez que suas operações são fortes geradoras de caixa e os financiamentos concedidos a clientes são essencialmente de curto prazo.

Parte dos exigíveis e dos recebíveis é decorrente da prestação de serviços de implementação de software e outros, que são prestados no país onde são vendidos. Dessa maneira, há uma proteção natural contra efeitos de desvalorização de moedas e de paridade cambial.

A Companhia possui perfil conservador de investimento e não opera em mercados de risco e/ou de derivativos.

2009: a Liquidez Corrente da Companhia passou para 2,4 e seu perfil de dívida não foi alterado significativamente, uma vez que não foram necessários novos financiamentos relevantes. Analisando-se a dívida de longo prazo contraída no ano de 2008, ela representaria 0,9x EBITDA (ou o lucro antes de juros, impostos e amortização - LAJITDA), inferior a soma das Disponibilidades e das Contas a Receber de Clientes de curto prazo.

2010: A Companhia não contraiu financiamentos relevantes em 2010. A dívida líquida ao final do ano estava em 0,6x EBITDA e seu índice de liquidez corrente em 2,1 espelha a manutenção de boa saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações.

2011: A Companhia não contraiu financiamentos relevantes em 2011. A dívida líquida ao final do ano estava em 0,2x EBITDA e seu índice de liquidez corrente em 2,0 espelha a manutenção de boa saúde financeira da empresa para honrar com suas obrigações.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

2009: o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia.

2010: o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia. A Companhia não contraiu financiamentos relevantes no ano de 2010.

2011: o capital de giro e os investimentos em ativos não circulantes foram financiados predominantemente por recursos próprios advindos da geração operacional de caixa da Companhia. A Companhia não contraiu financiamentos relevantes no ano de 2011.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não possui deficiências de liquidez e não pretende buscar fontes de financiamento para capital de giro ou para investimentos em ativos não-circulantes por acreditar não possuir deficiências de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Os empréstimos e financiamentos tomados pela Companhia, bem como o saldo de cada um ao final de cada período, estão demonstrados na tabela a seguir:

	(Valores expressos em milhares de reais)					
	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
BNDES – PROSOFT	157.956	210.370	209.775	157.956	210.370	209.775
Desenvolvimento de software – FINEP	2.886	5.019	6.306	2.886	5.019	6.306
Contas garantidas e outras	-	130	-	2.126	2.870	1.795
Empréstimos e Financiamentos	160.842	215.519	216.081	162.968	218.259	217.876
Debêntures	170.588	197.950	217.437	170.588	197.950	217.437
Total	331.430	413.469	433.518	333.556	416.209	435.313
Passivo circulante	97.428	(71.444)	(12.336)	98.384	(74.184)	(13.056)
Passivo não circulante	234.002	342.025	421.182	235.172	342.025	422.257

Os montantes registrados no passivo não circulante ao final de cada período apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

(Valores expressos em milhares de reais)						
	Controladora			Consolidado		
	2011	2010	2009	2011	2010	2009
2010	-	-	-	-	-	-
2011	-	-	45.954	-	-	47.029
2012	-	58.015	41.931	-	58.015	41.931
2013	87.951	53.266	41.078	89.121	53.266	41.078
2014	51.121	51.147	40.000	51.121	51.147	40.000
2015	32.000	68.000	120.000	32.000	68.000	120.000
2016	48.001	102.000	120.000	48.001	102.000	120.000
2017 em diante	14.929	9.597	12.219	14.929	9.597	12.219
	234.002	342.025	421.182	235.172	342.025	422.257

BNDES - PROSOFT: Em 19 de agosto de 2008 foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia a obtenção de crédito junto ao BNDES, no valor de R\$204,5 milhões, no âmbito do PROSOFT. Em setembro de 2008, foi disponibilizado à Companhia o montante de R\$160 milhões, o qual possui como garantia carta de fiança bancária. Em abril de 2009, foram disponibilizados mais R\$ 44,5 milhões, em complemento à tomada de crédito aprovada em 2008. O empréstimo tem como finalidade o financiamento da pesquisa com inovação dos produtos de software, reposicionamento da marca e reestruturação dos canais de vendas, sendo remunerado com base na TJLP, acrescida de juros de 1,5% ao ano, com vencimentos semestrais.

Desenvolvimento de software – FINEP: O referido empréstimo – contratado pela Datasul – é remunerado com base na Taxa de Juros de Longo Prazo, acrescida de juros de 5% ao ano e está garantido por cartas de fiança bancária.

Debêntures: Em 19 de agosto de 2008, os acionistas aprovaram a emissão de até 100.000 (“Units”), representadas por certificados de depósitos de valores mobiliários, compostos cada *Unit* por duas debêntures não destacáveis, sendo uma debênture conversível da 1ª série e uma debênture conversível da 2ª série. Em 26 de agosto de 2009, com o intuito de detalhar a forma de cálculo e de atualização: (a) da remuneração das debêntures conversíveis em ações de ambas as séries da 1ª emissão privada da Companhia (“Debêntures”); (b) do prêmio de não conversão das Debêntures; (c) dos percentuais de conversão; (d) do prêmio sobre o preço em caso de conversão obrigatória das Debêntures a Companhia celebrou com seu Agente Fiduciário o 2º aditamento ao instrumento particular de escritura de 1ª emissão de debêntures.

As debêntures da 1ª série serão remuneradas com base no IPC-A acrescido de juros de 3,5% ao ano, limitados a TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos anualmente em 19 de agosto. As debêntures da 2ª série serão remuneradas com base na TJLP acrescida de 1,5% ao ano, a serem pagos semestralmente em 19 de fevereiro e 19 de agosto.

A Companhia pagará *pro rata temporis* a remuneração devida até o dia do efetivo pagamento, nas seguintes hipóteses: (i) eventuais conversões de debêntures; (ii) amortizações programadas; (iii) vencimento antecipado; e (iv) vencimento final ou liquidação das debêntures.

As *Units* terão conversão obrigatória em ações ordinárias da Companhia, caso a partir da data de sua emissão, o preço médio ponderado de 360 dias das ações da Companhia, calculado nos pregões na Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”) e apurado na data de aniversário das *Units*, em cada período, seja maior que o preço médio ponderado por volume da ação da Companhia, também calculado nos pregões na Bovespa, no período compreendido entre 6 de junho a 31 de agosto de 2008 (“período base”), acrescido do prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, durante os três primeiros aniversários da debênture, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subsequentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escritura das debêntures e atualizados de acordo com a fórmula abaixo:

$$[\{ ((1+IPC-A)^{(1+0,12)})^{(n/360)} \}^{(0,5)}] * [\{ ((1+TJLP)^{(1+0,09)})^{(n/360)} \}^{(0,5)}]$$

Sendo n = número de dias corridos entre a data de apuração e a data da emissão.

Caso a valorização atinja as condições acima descritas os debenturistas ficarão obrigados a converterem, em 2011, até 15% das debêntures emitidas, até 30% em 2012, até 45% em 2013, e até 60 % em 2014. Contudo, a conversão obrigatória somente poderá ocorrer após 2 anos da data de sua emissão.

O preço de conversão, caso isso ocorra, também será o preço médio ponderado por volume das ações da Companhia, calculado nos pregões da Bovespa no período base, acrescido de prêmio de 50% do valor ponderado das ações do mencionado período, para as possíveis conversões a se realizarem em 2011, reduzindo-se para 46%, 42% e 40% nos anos subsequentes. Para efeito de apuração do valor ponderado das ações do período base, os valores históricos serão atualizados com base em índices definidos na escritura das debêntures.

A conversão voluntária das debêntures, a critério dos debenturistas, poderá ser efetuada considerando os limites percentuais por ano e preço de conversão, descritos acima. Não obstante tais percentuais máximos de conversão mencionados, os debenturistas poderão converter 100% desses valores mobiliários caso: i) um terceiro adquira mais de 20% das ações da Companhia ou ii) no caso do número de conselheiros independentes no Conselho de Administração da Companhia ser inferior a 50%.

O preço de conversão será simultâneo e proporcionalmente ajustado sempre que houver aumento de capital.

Em caso de não conversão, as debêntures farão jus a um prêmio de não conversão, sendo para as debêntures da 1ª série equivalente à diferença entre o IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e a remuneração mencionada acima, e para as debêntures da 2ª série equivalente a juros de 3,5% ao ano. O prêmio de não conversão das debêntures da 1ª série será corrigido pelo IPC-A acrescido de 8,0% ao ano e da 2ª série serão corrigidos pela TJLP acrescida de 5,0% ao ano.

O prêmio de não conversão será pago em, no máximo, 6 parcelas e em até 3 anos contados a partir da data do pagamento da última parcela do principal e juros (19 de fevereiro de 2017).

A escritura das debêntures possui cláusulas de vencimento antecipado, caso não sejam cumpridas determinadas condições financeiras e não financeiras, além de

outras obrigações acessórias. Em 31 de dezembro de 2010, a Companhia encontrava-se totalmente adimplente com todas as condições estipuladas.

Em 19 de agosto de 2010 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, conseqüentemente foram alcançados os parâmetros que tornou obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 306.870 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 97,747683 por ação, conseqüentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$29,996 milhões mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures.

Em 19 de agosto de 2011 o preço médio dos últimos de 360 dias das ações da companhia superou o preço médio ponderado do “período base” corrigido de acordo com as cláusulas contratuais, conseqüentemente foram alcançados os parâmetros que tornou obrigatória, pelos debenturistas, a conversão de 15% das Units. Com base nesta conversão o Conselho de Administração aprovou, dentro do limite do capital autorizado do Estatuto Social da TOTVS, a emissão de 1.389.191 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 21,596713 por ação, conseqüentemente aumento no capital social da TOTVS no valor de R\$30,002 milhões mediante a amortização desse valor no saldo principal (Units) das debêntures.

A emissão não foi objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários, uma vez que as debêntures emitidas pela Companhia têm como característica a colocação privada restrita aos acionistas da Companhia na data de emissão, sem qualquer esforço de venda no mercado em geral.

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não mantém outras relações relevantes de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas descritas no item 10.f.i.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Não aplicável.

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

A escritura da 1ª emissão privada de debêntures conversíveis em ações da Companhia estabelece que é obrigação da Companhia manter, durante a existência das *Units*, até o seu vencimento final, pelo menos dois dos seguintes índices financeiros da Companhia apurados anualmente em demonstrações financeiras auditadas por auditores externos registrados na Comissão de Valores Mobiliários:

- (i) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou menor que 4,0;
- (ii) EBITDA/ROL: igual ou maior que 10%;
- (iii) EBITDA/Serviço da Dívida: igual ou maior que 1,0;

onde:

- Dívida Líquida: (Dívida Bruta - Disponibilidades), sendo (Dívida Bruta = Empréstimos (+) Financiamentos (+) Debêntures (+) quaisquer outras formas de endividamento,

inclusive parcelamentos junto a credores) e (Disponibilidades = Caixa (+) Aplicações Financeiras);

- EBITDA: Resultado Operacional antes dos juros, imposto de renda, depreciação e amortização;

- ROL: Receita Operacional Líquida; e

- Serviço da Dívida: Amortização de Principal (+) Pagamento de Juros.

As *Units* poderão ainda ter seu vencimento antecipado caso ocorram certos eventos previstos na cláusula IV da escritura da 1ª emissão privada de debêntures. Os principais são:

(i) Protesto reiterado de títulos contra a Companhia em valor individual que ultrapasse R\$10 milhões ou valor agregado em período de 12 meses consecutivos que ultrapasse R\$50 milhões;

(ii) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Companhia;

(iii) Dissolução e liquidação da Companhia;

(iv) A inclusão, em acordo de acionistas ou estatuto da Companhia, a partir da data de emissão, de dispositivo pelo qual seja exigido *quorum* especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle da Companhia pelos respectivos controladores, conforme conceito previsto na Lei das Sociedades por Ações, ou, ainda, a inclusão naqueles documentos, de dispositivo que importe: (i) restrições à capacidade de crescimento da Companhia ou ao seu desenvolvimento tecnológico; (ii) restrições de acesso da Companhia a novos mercados; ou (iii) não pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação.

(v) Mudança do objeto social da Companhia, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação, exceção feita à inclusão de outras atividades, desde que relacionadas à sua atividade principal, no objeto social da Companhia;

(vi) Aprovação de redução do capital social da Companhia com restituição aos acionistas de parte do valor das ações ou pela diminuição do valor destas, quando não integralizadas, à importância das entradas, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;

(vii) Criação de ações resgatáveis pela Companhia sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;

(viii) Alienação do controle acionário efetivo, direto ou indireto, da Companhia, por qualquer meio, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;

(ix) Aquisição pela Companhia do controle acionário ou de participação acionária em outras sociedades, "*joint ventures*" ou consórcios que cujos objetos não sejam de tecnologia da informação ou de prestação de serviços, caracterizando desvio do objeto social da Companhia, salvo se aprovado previamente por titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação;

(x) Saída da Companhia do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA, sem a prévia e expressa aprovação de titulares de *Units* representando a maioria das *Units* em circulação.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não aplicável

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ milhares)

	2011	2010	2009
Ativo Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	287.079	232.508	207.721
Títulos e valores mobiliários	28.502	6.317	22.469
Contas a receber de clientes	295.094	264.029	230.995
Provisão para créditos de liq. duvidosa	(31.812)	(20.900)	(20.314)
Dividendos a receber	-	800	-
Impostos a recuperar	30.267	29.894	32.716
Outros ativos circulantes	12.210	16.030	11.646
Total do Ativo Circulante	621.340	528.678	485.233
Ativo Realizável a Longo Prazo			
Títulos e valores mobiliários	29.148	50.129	19.314
Contas a receber de Clientes	23.361	14.807	6.000
IRPJ e CSLL Diferidos	49.368	46.537	40.867
Deposito Judicial	4.459	5.916	14.213
Outros ativos	10.620	15.363	4.147
Total do Ativo Realizável a Longo Prazo	116.956	132.752	84.541
Ativo Permanente			
Investimentos	-	8	10
Imobilizado	58.862	36.535	32.887
Intangível	540.690	593.873	604.071
Total do Ativo Permanente	599.552	630.416	636.968
Ativo Total	1.337.848	1.291.846	1.206.742

BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO (em R\$ milhares)

	2011	2010	2009
Passivo Circulante			
Obrigações Sociais e Trabalhistas	72.985	69.072	59.199
Fornecedores	19.535	17.363	23.984
Obrigações fiscais	6.544	5.903	7.198
Empréstimos e financiamentos	58.999	62.029	7.838
Debêntures	39.385	12.155	5.218
Arrendamento mercantil a pagar	181	1.923	4.027
Comissões a pagar	43.197	38.581	32.765
Dividendos e JCP a pagar	40.470	34.302	25.947
Obrigações por aquisição de investimento	31.625	10.581	34.577
Outros passivos circulante	2.610	3.306	3.329
Total do Passivo Circulante	315.531	255.215	204.082
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Empréstimos e financiamentos	103.969	156.230	210.038
Debêntures	131.203	185.795	212.219
Arrendamento mercantil a pagar	-	114	2.138
Provisão para obrigações legais	2.588	5.876	10.653
Obrigações por aquisição investimento	32.309	54.472	20.286
IRPJ e CSLL diferidos	-	-	-
Outros passivos	2.381	2.568	5.001
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	272.450	405.055	460.336
Patrimônio Líquido			
Capital social	443.702	406.489	376.493
Reserva de capital	76.275	60.406	48.851
Reserva legal	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	232.448	155.153	101.661
Ajustes de avaliação patrimonial	(2.186)	(2.186)	(1.977)
Participação de acionistas não controladores	-	11.714	16.997
Total do Patrimônio Líquido	749.867	631.576	542.025
Passivo Total	1.337.848	1.291.846	1.206.742

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO (em R\$ milhares)

	2011	2010	2009
Taxas de Licenciamento	306.965	278.845	228.270
Serviços	365.320	336.770	303.894
Manutenção	606.875	513.860	456.515
Receita líquida de serviços e vendas	1.279.160	1.129.475	988.679
Custos das taxas de licenciamento	-36.546	-24.118	-22.908
Custos dos serviços e vendas	-375.600	-353.332	-296.679
Lucro bruto	867.014	752.025	669.092
Receitas (despesas) operacionais			
Pesquisa e desenvolvimento	-175.247	-149.924	-118.446
Despesas de propaganda	-28.290	-32.335	-30.715
Despesas de vendas	-86.717	-71.225	-57.393
Comissões	-136.667	-108.508	-102.970
Despesas gerais e administrativas	-78.176	-71.819	-76.268
Honorários da administração	-34.220	-27.967	-31.750
Depreciação e amortização	-82.484	-77.883	-69.918
Provisão para crédito de liq.duvidosa	-16.145	-10.595	-7.720
Outras receitas (despesas) operacionais	-2.869	9.900	5.435
Lucro antes dos efeitos financeiros	226.199	211.669	179.347
Receitas financeiras	40.527	18.442	19.257
Despesas financeiras	-58.274	-68.172	-50.481
Lucro antes da tributação	208.452	161.939	148.123
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	-41.179	-31.084	-11.748
Diferido	2.110	6.673	-13.479
	-39.069	-24.411	-25.227
Part. de acionistas não controladores	-480	668	-2.600
Lucro líquido do exercício	168.903	138.196	120.296
Lucro por lote de 1000 ações *	1,07	0,89	0,77

* Número de ações em 2010 e 2009 considerando o desdobramento ocorrido em 21 de março de 2011.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2011 e 2010:

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$621,340 milhões em 2011, aumento de 18% em relação aos R\$528,678 milhões de 2010. Este aumento se deu principalmente pelo crescimento na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$232,508 milhões, em 2010, para R\$287,079 milhões, em 2011, e em Conta a receber de clientes, que passou de R\$264,029 milhões, em 2010, para R\$295,094 milhões, em 2011, ambos os aumentos decorrentes principalmente do crescimento das vendas e geração operacional de caixa da Companhia. O Ativo Circulante no ano de 2011 representou 46% do valor total do ativo, comparado com 41% em 2010.

Ativo Realizável a Longo Prazo: O Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$116,956 milhões em 2011, redução de 12% em relação a 2010. Essa diminuição foi mais significativa na rubrica de Títulos e valores mobiliários que, principalmente por conta da decorrência de prazo da mesma, foi reclassificada de longo para curto prazo.

Ativo permanente: Em 2011, o ativo permanente totalizou R\$599,552 milhões, redução de 5% em relação a 2010. Essa redução se deu principalmente pela amortização do Ativo Intangível, oriundo de aquisições. O ativo permanente de 2011 representou 45% do ativo total, comparado com 49% em 2010.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 2011 foi de R\$315,531 milhões, apresentando um crescimento de 24% em relação ao de 2010, o qual foi de R\$255,215 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente pelo aumento das contas de: (i) Debêntures, que passou de R\$12,155 milhões, em 2010, para R\$39,385 milhões, em 2011, principalmente por conta da marcação a mercado das debêntures conversíveis; e (ii) Obrigações por aquisição de investimento, que passou de R\$10,581 milhões, em 2010, para R\$31,625 milhões, em 2011, principalmente por conta da decorrência de prazo das mesmas. O Passivo Circulante no ano de 2011 representou 24% do total do Passivo do mesmo ano, comparado com 20% em 2009, representando um aumento de 4 pontos percentuais.

Passivo Exigível a Longo Prazo: O passivo exigível a longo prazo totalizou R\$272,450 milhões em 2011, apresentando uma redução de 33% em relação ao de 2010. Essa redução do exigível a longo prazo decorreu principalmente da diminuição da conta de Empréstimos e Financiamentos, por conta do pagamento da amortização do principal, conforme cronograma, e da conta de Debêntures, a qual passou de R\$185,795 milhões, em 2010, para R\$131,203 milhões, em 2011, devido à conversão de 15% das debêntures em agosto de 2011 e também por conta da reclassificação mencionada no Passivo Circulante. O Passivo exigível a longo prazo no ano de 2011 representou 20% do passivo total, comparado com 31% de 2010, representando uma redução de 11 pontos percentuais.

Patrimônio Líquido: A Companhia encerrou 2011 com Patrimônio Líquido de R\$749,867 milhões, aumento de 19% sobre 2010. O Patrimônio Líquido cresceu principalmente por conta do aumento da Reserva de Retenção de Lucros, que passou de R\$155,153 milhões, em 2010, para R\$232,448 milhões, em 2011, refletindo o crescimento do lucro líquido; e do aumento do Capital Social, por conta da emissão de ações para conversão de debêntures. O Patrimônio Líquido no ano de 2011 representou 56% do passivo total, comparado com 49% de 2010, representando um aumento de 7 pontos percentuais.

Comentários referentes ao balanço patrimonial consolidado da Companhia entre os anos 2010 e 2009:

Ativo Circulante: O Ativo Circulante totalizou R\$528,678 milhões em 2010, aumento de 9% em relação aos R\$485,233 milhões de 2009. Este aumento se deu principalmente pelo crescimento na conta Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$207,721 milhões, em 2009, para R\$232,508 milhões, em 2010, e em Conta a receber de clientes, que passou de R\$230,995 milhões, em 2009, para R\$264,029 milhões, em 2010, ambos os aumentos decorrentes do crescimento das vendas e geração operacional de caixa da Companhia. O Ativo Circulante no ano de 2010 representou 41% do valor total do ativo, comparado com 40% em 2009.

Ativo Realizável a Longo Prazo: O Ativo Realizável a Longo Prazo totalizou R\$132,752 milhões em 2010, aumento de 57% em relação a 2009. Esse aumento foi mais significativo na rubrica de Títulos e valores mobiliários, decorrentes de aquisições, e das Contas a receber de clientes que refletiram principalmente o crescimento de vendas no período.

Ativo permanente: Em 2010, o ativo permanente totalizou R\$630,416 milhões, redução de 1% em relação a 2009. Essa redução se deu principalmente no Ativo Intangível, oriundo das aquisições de operações, devido à amortização que é aplicada sobre o mesmo. O ativo permanente de 2010 representou 49% do ativo total, comparado com 53% em 2009.

Passivo Circulante: O Passivo Circulante em 2010 foi de R\$255,215 milhões, apresentando um crescimento de 25% em relação ao de 2009, o qual foi de R\$204,082 milhões. Este crescimento ocorreu principalmente pelo aumento da conta de Empréstimos e Financiamentos, que passou de R\$7,838 milhões, em 2009, para R\$62,029 milhões, em 2010, por conta da decorrência de prazo dos mesmos. Os saldos de Obrigações sociais e trabalhistas apresentaram crescimento de 17%, refletindo o crescimento da força de trabalho; e Dividendos e JCP a Pagar cresceram 32% no período, em decorrência dos juros sobre capital próprio anunciados em dezembro de 2010. O Passivo Circulante no ano de 2010 representou 20% do valor total do Passivo do mesmo ano, comparado com 16% em 2009, representando um aumento de 4 pontos percentuais.

Passivo Exigível a Longo Prazo: O passivo exigível a longo prazo totalizou R\$405,055 milhões em 2010, apresentando uma redução de 12% em relação ao de 2009. Essa redução do exigível a longo prazo decorreu principalmente da diminuição da conta de Empréstimos e Financiamentos, por conta da reclassificação mencionada no Passivo Circulante, e da conta de Debêntures, a qual passou de R\$212,219 milhões, em 2009, para R\$185,795 milhões, em 2010, devido à conversão de 15% das debêntures em agosto de 2010. O Passivo exigível a longo prazo no ano de 2010 representou 31% do passivo total, comparado com 38% de 2009, representando uma redução de 7 pontos percentuais.

Patrimônio Líquido: A Companhia encerrou 2010 com Patrimônio Líquido de R\$631,576 milhões, aumento de 17% sobre 2009. O Patrimônio Líquido cresceu por conta do aumento da Reserva de Retenção de Lucros, que passou de R\$101.661 milhões em 2009 para R\$155,153 milhões em 2010, refletindo o crescimento do lucro líquido; e do aumento do Capital Social, por conta da emissão de ações para conversão de suas debêntures. O Patrimônio Líquido no ano de 2010 representou 49% do passivo

total, comparado com 45% de 2009, representando um aumento de 4 pontos percentuais.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os anos 2011 e 2010:

A Companhia encerrou 2011 com crescimento em todas as linhas de receita e lucro recorde de R\$169,903 milhões, 22% superior ao ano anterior. A TOTVS alcançou EBITDA(*) (“Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$308.683 mil em 2011, o maior de sua história.

A TOTVS encerra o ano de 2011 com *receita líquida total* de R\$1.279,160 milhões, com crescimento de 13,3% sobre a receita líquida de 2010. A expansão econômica do Brasil e a baixa penetração do mercado de software colaboraram significativamente com esse desempenho.

A *receita de taxas de licenciamento* totalizou R\$306,965 milhões e cresceu 10,1% ante os R\$278,845 milhões de 2010. O incremento é justificado pela adição de novos clientes, novas vendas a clientes da base e o aumento do ticket médio nas vendas a clientes da base.

A *receita de serviços* foi superior em 8,5% à de 2010, alcançando R\$365,320 milhões. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento no volume de implementações, em função de novas vendas de software para clientes da base e novos, e a ampliação das operações dos serviços de infraestrutura e de consultoria.

A *receita de manutenção* encerrou 2011 com R\$606,875 milhões, montante 18,1% acima dos R\$513,860 milhões de 2010. Essa aceleração do crescimento da receita de manutenção resulta principalmente das vendas de licenças realizadas em trimestres anteriores e pela retenção dos contratos de manutenção, que são sujeitos ao reajuste anual, com base em índices de inflação pré-definidos, que na maioria dos casos é o IGP-M.

O *custo das taxas de licenciamento* representa o custo com soluções de terceiros, revendidas e/ou utilizadas nas soluções TOTVS. Em 2011, essa rubrica foi de R\$36,546 milhões, que representou 11,9% da receita líquida de taxas de licenciamento, ante 8,6% em 2010, principalmente impactada por custos adicionais relativos a royalties de soluções utilizadas na plataforma de TV Digital.

O *custo dos serviços e vendas* apresentou crescimento de 6,3% em 2011 sobre 2010, percentual inferior ao crescimento de 11,1% da receita bruta de serviços no mesmo período. A melhora da margem bruta é consequência das medidas internas da Companhia para aumentar a eficiência de implementação de software e do aumento da participação dos serviços de infraestrutura e consultoria, que possuem melhor margem bruta.

As *despesas com pesquisa e desenvolvimento (P&D)* passaram de 13,3% para 13,7% entre 2010 e 2011, como percentual da receita líquida total. Além da integração das FDES, o desenvolvimento da plataforma para interatividade do Sistema Brasileiro de TV Digital (TQTV), que totalizou R\$9,258 milhões em despesas com P&D em 2011,

também contribuiu para o aumento dessa linha de despesas. Sem esse projeto, as despesas com P&D representaram 13,1% da receita líquida total.

As *despesas com propaganda* decresceram 12,5% entre os 2010 e 2011. Em 2011, as despesas com propaganda representaram 2,2% da receita líquida da Companhia, ante 2,9% em 2010. Essa redução se deu em decorrência da revisão do plano de comunicação realizado pela Companhia em 2011, tendo em vista a previsão de lançamentos de novas ofertas de soluções em 2012.

As *despesas de vendas* cresceram 21,8% em 2011, totalizando R\$86,717 milhões. Esse crescimento no ano reflete principalmente a ampliação do time próprio de vendas e os aumentos salariais do período.

As *despesas com comissões* representaram 10,7% da receita líquida de 2011, ante 9,6% de 2010. Essa variação das despesas com comissões como percentual da receita líquida resulta do *mix* de vendas entre os canais de distribuição (próprios e franquias) em cada período.

As *despesas gerais e administrativas (DGA)* cresceram 8,9% em 2011 sobre 2010, inferior ao crescimento da receita líquida no período. Tal crescimento de DGA resultou, principalmente, dos reajustes salariais, dos aumentos de quadro de pessoal e dos custos com infraestrutura e comunicação no período.

Os *honorários da administração* cresceram 22,4% entre 2010 e 2011, principalmente influenciados pelo provisionamento adicional de R\$5,491 milhões no período, decorrentes dos dois lotes de opções de compra de ações outorgadas aos executivos em 2010.

A *provisão para créditos de liquidação duvidosa* totalizou R\$16,145 milhões em 2011, que representaram 1,3% da receita líquida no período, ante 0,9% em 2010. Esse aumento em 2011 se deve principalmente ao montante de R\$4,727 milhões relacionado às operações no mercado internacional.

As *despesas com depreciação e amortização* totalizaram em 2011 R\$82,484 milhões, ante R\$77,883 milhões em 2010, aumento de 5,9%. Essa elevação do patamar de despesas com depreciação e amortização traduz o crescimento da infraestrutura da Companhia e o aumento do volume de amortização de intangíveis oriundos de aquisições de operações.

As *despesas financeiras líquidas das receitas financeiras* alcançaram R\$17,747 milhões, um decréscimo de 64,3% em comparação com R\$49,730 milhões de 2010. Esse decréscimo decorre, principalmente, da redução do endividamento líquida da Companhia, tanto no saldo de empréstimos e financiamentos quanto no saldo de debêntures.

A soma do *caixa e equivalente de caixa* em 31 de Dezembro de 2011 totalizou R\$287,079 milhões, representando um aumento de 23,5% sobre a posição de R\$232,508 milhões em 31/12/2010. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro.

Comentários referentes ao desempenho financeiro e operacional consolidado da Companhia entre os anos 2010 e 2009:

A Companhia encerrou 2010 com indicadores positivos como o aumento do número de novos clientes, crescimento em todas as linhas de receita e lucro recorde de R\$138,196 milhões, 14,9% superior ao ano anterior.

A TOTVS alcançou EBITDA(*) (“Earnings before interest, taxes, depreciation and amortization”; lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) de R\$289,552 milhões em 2010, com crescimento de 16,2% sobre o ano de 2009 e a margem EBITDA(**) atingiu 25,6%, acima 40 pontos-base quando comparada à margem de 2009.

A TOTVS encerra o ano de 2010 com receita líquida de R\$1.129,475 milhões, com crescimento de 14,2% sobre a receita líquida de 2009. A reorganização no sistema de distribuição, iniciada no segundo semestre de 2009, e a expansão econômica do Brasil e da região, colaboraram significativamente com esse desempenho.

A linha de *receita com taxas de licenciamento* foi a que apresentou maior crescimento no ano: 22,2%, passando de R\$228,270 milhões em 2009 para R\$278,845 milhões em 2010. O número de clientes novos de software foi de 2.840, 9,6% superior ao número de novos clientes de 2009.

A *receita com serviços* foi recorde, totalizando R\$336,770 milhões no ano, 10,8% superior à de 2009. Porém, este crescimento não refletiu a mesma aceleração da receita com licenças de uso, devido ao descasamento entre a venda da licença e a prestação dos serviços. A participação dos Serviços de Valor Agregado e de Consultoria aumentou nesta linha, passando de 25,7% dessa receita em 2009 para 27,2% em 2010.

A *receita de manutenção* cresceu 12,6% de 2009 para 2010, totalizando ao final de 2010 R\$513,860 milhões. Ao longo do ano, esta linha foi impactada pelo baixo valor de reajuste de inflação. Nos últimos meses do ano, com a aceleração dos índices de inflação, pôde ser observada uma reposição desta receita.

O *custo das taxas de licenciamento* apresentou crescimento de 5,3%, saindo de R\$22,908 mil, em 2009, para R\$24,118 milhões, em 2010. Essa linha de custo representa o custo com soluções de terceiros vendidas pela Companhia.

As *despesas com pesquisa e desenvolvimento* atingiram R\$149,924 milhões em 2010, e representaram 13,3% da receita líquida da Companhia. A ampliação dos investimentos na tecnologia proprietária da TOTVS, a fim de torná-la mais versátil, e investimentos em inovações como no segmento de TV digital, foram os principais itens que influenciaram essa linha de despesa, que, conforme já descrito anteriormente, são fundamentais para o futuro dentro do setor de tecnologia da informação.

As *despesas com propaganda* totalizaram R\$32,335 milhões em 2010, o equivalente a 2,9% da receita líquida. O foco dos investimentos nessa rubrica foi de reforço da marca TOTVS, através das campanhas publicitárias e de marketing no Brasil e exterior.

As *despesas com vendas* cresceram 24,1% entre 2010 e 2009, alcançando R\$71,225 milhões, impactadas por reorganizações internas, a partir da incorporação de equipes de vendas que anteriormente estavam nas franquias. Em contrapartida, conforme explicação no próximo parágrafo, houve redução no volume de comissões pagas, em função da internalização de equipes de vendas.

As *despesas com comissões* passaram de R\$102,970 milhões, em 2010, para R\$108,508 milhões, em 2010, crescimento de 5,4%. Esse crescimento menos acelerado do que o aumento de vendas foi influenciado, conforme o parágrafo acima, pela internalização de estruturas de vendas.

As *despesas gerais e administrativas* totalizaram em 2010 R\$71,819 milhões, redução de 5,8% sobre os R\$76,268 milhões de 2009. A representatividade dessa linha de despesa em relação à receita líquida passou de 7,7%, em 2009 para 6,4%, em 2010, refletindo os ganhos de escala da otimização de estrutura.

As *despesas com honorários da administração* atingiram em 2010 R\$27,967 milhões, redução de 11,9% sobre o valor do ano de 2009, influenciado pela do atingimento proporcional das metas internas fixadas pela empresa.

A despesa com *provisão para créditos de liquidação duvidosa* em 2009 acumulou R\$10,595 milhões, 37,2% superior a 2009. O incremento é decorrente da análise da carteira de recebíveis da empresa, e o julgamento sobre potenciais perdas que a empresa possa ter.

As despesas com *depreciação e amortização* totalizaram em 2010 R\$77,883 milhões, ante R\$69,918 milhões em 2009, aumento de 11,4%. Essa elevação do patamar de despesas com depreciação e amortização traduz o crescimento da infra-estrutura da Companhia e o aumento do volume de amortização de intangíveis oriundos de aquisições de operações.

As *despesas financeiras* alcançaram R\$68,172 milhões, um aumento de 35% em comparação às despesas de R\$50,481 milhões em 2009. Esse aumento decorre, principalmente, da adoção da prática de marcação a mercado das debêntures conversíveis.

O *Caixa e Equivalentes de Caixa* da TOTVS em 31 de Dezembro de 2010 totalizaram R\$232,508 milhões, representando um aumento de 11,9% sobre a posição de R\$ 207,721 milhões em 31/12/2009. A empresa reitera que tem política conservadora na gestão de suas atividades financeiras, ativas e passivas, e que não realizou nenhuma operação especulativa no mercado financeiro.

O *lucro líquido* alcançou o recorde de R\$138,196 milhões em 2010, crescimento de 14,9% na comparação com 2009, refletindo o crescimento de receita superior ao crescimento de custos e despesas.

(*) O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, calculada observando uma das sugestões do Ofício Circular CVM nº 01/2007, consistindo no lucro antes dos impostos e contribuições, das participações de minoritários, despesa/receita financeira líquida (receita e despesas financeiras), depreciação e amortização.

(**) A margem de EBITDA representa a relação percentual entre o EBITDA e receita líquida.

10.2. Os diretores devem comentar:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

As principais receitas apuradas pela Companhia provêm de: (i) taxas de licenciamento, que incluem a licença dos direitos de uso de software e venda de software de terceiros; (ii) serviços compostos pela receita do serviço de horas relativo à implantação do software, treinamento e serviços de infra-estrutura, terceirização de processos e consultoria; e (iii) manutenção, relativa ao fornecimento das novas versões e atualização dos softwares lançadas pela Companhia, contendo ajustes referentes a toda evolução tecnológica, funcional ou legal, e *help desk* (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas).

A receita da taxa de licenciamento de softwares é registrada quando, cumulativamente: o consumidor final tem acesso à utilização do software; há a formalização do negócio entre as partes, por meio de contrato; o preço é estabelecido; e o valor devido seja realizável.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados.

O registro das receitas de manutenção, referentes à disponibilização de evoluções tecnológicas e *help desk*, ocorre mensalmente durante a vigência dos contratos com os clientes.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não houve, no período, fatores que pudessem afetar materialmente os resultados operacionais.

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

As receitas de manutenção, que representaram aproximadamente 47% da receita total da Companhia, são indexadas ao IGP-M (Índice Geral de Preços ao Mercado) e ao IPC-A, sendo reajustadas de acordo com o “aniversário” de cada contrato de serviço de manutenção e *help-desk* firmado com os clientes.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

O resultado operacional da Companhia pode ser afetado pelas mudanças econômicas nacionais, principalmente no que tange à taxa de juros de curto e longo prazo, políticas governamentais para o setor, índice de inflação e política cambial. Porém, historicamente, essas mudanças têm seu efeito atenuado para Companhia por ela ter uma base de clientes numerosa, pulverizada e diversa. A base de clientes ativos de software da Companhia é composta por empresas de praticamente todos os setores da economia e os 100 maiores clientes da Companhia responderam por cerca de 15% de suas vendas totais em 2011.

O impacto da variação dos índices de inflação nos custos e despesas da Companhia existe, por serem o IGP-M e o IPC-A bases de reajuste de diversos serviços utilizados pela Companhia, entre eles a despesa com pessoal (salários, encargos e benefícios) que representaram aproximadamente 40% do total dos custos e despesas da Companhia (excetuadas a depreciação e a amortização) além de outros gastos, como viagens, comunicação e aluguel, que podem ser aumentados de acordo com as negociações atreladas a estes índices. Porém, este impacto é minimizado na medida em que as receitas recorrentes, relativas à manutenção, representaram aproximadamente 47% do total das receitas totais de 2011 (ou o equivalente a 63%, quando comparados com o total dos custos e despesas), e são indexadas, no geral, pelos mesmos índices, permitindo seu repasse aos preços, como tem ocorrido historicamente.

A variação das taxas de juros no país pode influenciar os resultados da Companhia na medida em que uma eventual elevação deste índice pode gerar uma retração dos investimentos realizados pelo mercado. Porém, historicamente, nos períodos de alta da taxa SELIC, a Companhia não deixou de registrar crescimento em vendas.

Ademais, os financiamentos tomados pela Companhia são basicamente provenientes dos contratos de arrendamento mercantil com taxas pré-fixadas e linhas de financiamento do BNDES e Debêntures atreladas à TJLP, que tendem a apresentar baixa volatilidade mesmo em épocas de aumento da SELIC.

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreram e não são esperados efeitos relevantes nas demonstrações financeiras ou em seus resultados devido à introdução ou alienação de segmento operacional.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Estão elencadas a seguir, em ordem cronológica, as principais operações de fusões e aquisições da Companhia ocorridas nos últimos 3 anos:

YMF: Em 03 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 19,0 milhões as ações representativas de 20% do capital social da YMF ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A. ("YMF"), empresa que possui como atividade principal o desenvolvimento e distribuição de software e serviços na área de gestão de investimentos e da qual a Companhia já detinha 80% do capital social. Com a referida aquisição a TOTVS passou, portanto, a deter a totalidade das ações da YMF.

TOOLS: Em 09 de setembro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 1,5 milhão as ações representativas de 10% do capital social da TOOLS ARQUITETURA FINANCEIRA DE NEGÓCIOS S.A. ("TOOLS"), empresa que oferece soluções para a gestão da cadeia de valor do crédito, incluindo concessão de crédito, financiamento (CDC, crédito pessoal, desconto de títulos, dentre outros), cobrança e gestão de cartões "private label", da qual a TOTVS já detinha 90% do capital social. Com a referida aquisição, a Companhia passou a deter a totalidade das ações da TOOLS.

TOTALBANCO: Em 13 de outubro de 2009, a Companhia celebrou o Contrato de Compra e Venda de Ações para aquisição de participação societária representativa de

70% (setenta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS LTDA. (“TOTALBANCO”), que atua na área de gestão de leasing e crédito para pessoas jurídicas e core-banking, permitindo a integração da gestão de investimentos e da gestão de crédito no “back-end”. A Companhia pagou o valor de R\$10,8 milhões para os controladores da TOTALBANCO, relativamente à participação societária acima mencionada, que outorgaram à Companhia uma opção de compra dos 30% remanescentes pelo valor de até R\$12,2 milhões, a ser exercida a partir de 01.01.2011.

HERY: Em 14 de outubro de 2009, a Companhia adquiriu por R\$ 12,0 milhões a totalidade do capital social da HERY SOFTWARE LTDA. (“HERY”), franquia de distribuição oriunda da Datasul, incorporada pela Companhia, e que opera em grandes centros tais como São Paulo, Rio de Janeiro, Centro-Oeste e interior paulista. A aquisição da HERY está alinhada à estratégia da Companhia em manter operações próprias nos grandes centros do país e dá continuidade ao processo de consolidação dos canais de distribuição, iniciado no último trimestre de 2007.

MIDBYTE: Em 05 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu 30% do capital social da empresa MIDBYTE INFORMÁTICA S.A. (“MIDBYTE”), companhia desenvolvedora de software de gestão voltado principalmente ao pequeno varejo, com sede em São Paulo/SP. O valor à vista da transação foi de R\$12 mil.

M2S e M2I: Em 06 de janeiro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social, por intermédio de uma de suas empresas controladas, das empresas M2S SERVIÇOS DE SUPORTE LTDA. (“M2S”) e M2I SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA. (“M2I”), canais de distribuição da marca RM, baseados em Salvador/BA, dedicados à comercialização, implementação e suporte do produto RM no Estado da Bahia. Essa aquisição faz parte dos esforços da TOTVS, intensificados no 2º semestre de 2009, para a unificação de seus canais de distribuição sob uma única marca. A aquisição de ambas as empresas totalizou R\$5,3 milhões.

M2I: Em 26 de janeiro de 2010, a Companhia alienou 100% de sua participação no capital social à J.R.P ASSESSORIA DE INFORMÁTICA LTDA., uma de suas franquias de distribuição, por intermédio de uma de suas empresas controladas, sua participação na empresa M2I SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO DE SOFTWARE LTDA. por R\$840 mil.

SOFTEAM: Em 29 de abril de 2010, a Companhia alienou 100% de sua participação na empresa SOFT TEAM SISTEMAS DE COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA. à SONDA DO BRASIL S.A. por R\$9,5 milhões. Essa venda faz parte do processo de reorganização da grade de soluções de software de gestão.

TQTVD: Em 01 de junho de 2010, a Companhia adquiriu 45% do capital social da TQTVD SOFTWARE LTDA. (“TQTVD”) da empresa QUALITY SOFTWARE S.A. por R\$6 milhões. A TQTVD tem o objetivo de desenvolver uma camada de software intermediário que permite o desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital de forma independente da plataforma de hardware. Com essa operação, que faz parte dos investimentos em P&D da TOTVS, a empresa reafirma seu interesse no desenvolvimento de aplicações interativas para a TV Digital e sua integração com softwares de gestão.

SRC: Em 02 de agosto de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da empresa SRC SERVIÇOS EM INFORMÁTICA LTDA. (“SRC”) por R\$ 43 milhões, a SRC concentra operações das Franquias de Desenvolvimento LOGISTICS SOLUTIONS LTDA.,

FUTURA SOLUÇÕES EM FINANÇAS LTDA., ACTON DESENVOLVIMENTO E CONSULTORIA DE NEGÓCIOS LTDA., SGP – SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PESSOAS LTDA. e AUTUS DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA., todas focadas no desenvolvimento de sistemas de gestão ligados à marca “Datasul”. A aquisição permitirá à Companhia equalizar as plataformas tecnológicas dos softwares originados da Datasul com o objetivo de reduzir a dependência tecnológica de terceiros e ofertar um portfólio cada vez mais completo ao mercado. A transação também faz parte da estratégia da Companhia de integrar as estruturas externas de desenvolvimento, obtendo sinergias e maior eficiência das áreas de P&D e honrando os compromissos para manter os investimentos em P&D em patamares desejáveis.

MAFIPA: Em 24 de novembro de 2010, a Companhia adquiriu 100% do capital social da MAFIPA SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. (“MAFIPA”), empresa que concentra as operações das empresas CYGNI TECNOLOGIA EM INFORMÁTICA LTDA. e L2M SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA., canais dedicadas à comercialização, implementação e suporte da antiga marca RM no Distrito Federal, pelo valor R\$5,92 milhões. A aquisição da MAFIPA está alinhada à estratégia da Companhia de manter operações próprias nos grandes centros do país e faz parte do processo de consolidação de canais de distribuição.

GENS: Em 04 de janeiro de 2011, a Companhia celebrou contrato de Compra e Venda de Quotas pelo qual adquiriu a totalidade das quotas representativas do capital social da GENS TECNOLOGIA E INFORMÁTICA LTDA. (“GENS”), sociedade detentora de ativos relacionados com a operação da empresa GENS S.A., franquia de desenvolvimento de softwares focados no segmento de saúde. A transação envolveu o montante de até R\$17,810 milhões.

TOTALBANCO: Em 31 de março de 2011, a Companhia adquiriu, mediante o exercício de opção de compra de ações previsto no Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças celebrado em 13 de outubro de 2009, pelo valor de R\$10,539 milhões, ações representativas de 30% (trinta por cento) do capital social da TOTALBANCO CONSULTORIA E SISTEMAS S.A. (“TOTALBANCO”), sociedade por ações de capital fechado que atua na área de desenvolvimento de softwares para o segmento financeiro e da qual a TOTVS já detinha indiretamente 70% do Capital Social. Com a referida aquisição, a TOTVS passa a deter a totalidade das ações da TOTALBANCO.

TOTVS ARGENTINA: Em 30 de agosto de 2011, a Companhia celebrou contrato de transferência de Ações pelo qual adquiriu 10% do capital Social da Totvs Argentina S.A e 10% do Capital social da Datasul Argentina S.A., pelo valor total de R\$521 mil, passando a deter a totalidade das ações de ambas as empresas.

c. eventos ou operações não usuais

Não aplicável

10.4. Os diretores devem comentar:

a. mudanças significativas nas práticas contábeis

Até 31 de dezembro de 2009 as demonstrações financeiras (controladora e consolidada) da Companhia eram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, normas complementares da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pronunciamentos técnicos do Comitê de pronunciamentos Contábeis emitidos até 31 de dezembro de 2008 e disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações (BRGAAP).

A Companhia preparou o seu balanço de abertura com data de transição de 1º de janeiro de 2009, portanto aplicou as exceções obrigatórias e certas isenções opcionais de aplicação retrospectiva completa conforme estabelecido nos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) para as demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas e conforme o padrão contábil internacional (“IFRS”), emitidos pelo “International Accounting Standards Board – IASB” para as demonstrações financeiras consolidadas.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2011, 2010 e 2009, refletidas neste material não contêm entre si efeitos significativos de alterações em práticas contábeis.

c. ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A Companhia não tem histórico de ressalvas e/ou ênfases presentes nos pareceres emitidos por seus auditores independentes.

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem: a legislação societária brasileira, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, interpretações e Orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e as Demonstrações Financeiras Consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de combinações de negócios e instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das Demonstrações Financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor

adequado a ser registrado nas Demonstrações Financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação da recuperabilidade dos ativos intangíveis, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

Os resultados das subsidiárias adquiridas/incorporadas estão incluídos nas demonstrações dos resultados desde a data da sua aquisição/cominação. Dessa forma, para fins de comparação dos resultados da controladora e consolidado, devem ser consideradas as datas de aquisição e incorporação dos resultados de cada subsidiária.

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a Controladora e as empresas controladas são realizadas em condições e preços estabelecidos entre as partes.

Receitas e Despesas

A Companhia e suas controladas auferem receita de licenciamento de software, compreendendo taxas de licenciamento, receita de serviços incluindo honorários de consultoria, receita de serviços de suporte, de manutenção para evolução tecnológica do produto e receita de atendimento e relacionamento (help desk).

As receitas relativas a licenças de uso são reconhecidas quando:

- i) da assinatura do contrato e disponibilização do software ao cliente;
 - ii) seu valor pode ser mensurado de forma confiável (conforme os termos do contrato);
 - iii) todos os riscos e benefícios inerentes da licença são transferidos para o comprador;
 - iv) a Companhia não detém mais o efetivo controle sobre a licença; e,
 - v) é provável que os benefícios econômicos serão gerados em favor da Companhia.
- Receitas de licença de uso provenientes de subscrição são reconhecidas mensalmente, por um período de tempo estabelecido em contrato.

As receitas de serviços são faturadas separadamente e reconhecidas à medida que os serviços são realizados. As receitas relativas à evolução tecnológica e help desk (atendimento telefônico para esclarecimento de dúvidas) são faturadas e reconhecidas mensalmente, durante a vigência dos contratos com os clientes. Receitas faturadas que não atingem os critérios de reconhecimento mencionados, são revertidas da respectiva conta de receita e registradas como redutoras de seu respectivo grupo das contas a receber. As receitas são apresentadas nos resultados do exercício pelo seu valor líquido, ou seja, excluem os impostos incidentes sobre as mesmas.

O custo relacionado com a receita das taxas de licenciamento inclui os custos de aquisição de banco de dados, os custos da mídia na qual o produto é entregue e o preço das licenças pagas a terceiros, no caso de softwares revendidos. O custo relacionado com a receita de serviços e manutenção composto, principalmente, de

salários do pessoal de consultoria e suporte e demais custos relacionados a essas áreas.

As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento (programação e fábrica de software), vinculadas a inovações tecnológicas dos softwares existentes, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente dos custos de vendas, em despesas operacionais.

Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas domiciliadas no Brasil é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas. As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia e aquelas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora são preparadas com base na moeda funcional de cada entidade.

Para as controladas localizadas no exterior que a Administração concluiu que por possuírem independência administrativa, financeira e operacional, os seus ativos e passivos são convertidos para Reais pela taxa de câmbio das datas de fechamento dos balanços e os resultados convertidos para Reais pelas taxas médias mensais dos períodos. As atualizações da conta de investimentos decorrente de variação cambial são reconhecidas em ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido da controladora.

Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria “ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Contas a receber de clientes

Estão apresentadas a valores de realização, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio, vigentes na data das demonstrações financeiras. Foi constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para os créditos cuja recuperação é considerada duvidosa, com base na avaliação individual de cada cliente com parcelas em atraso.

Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (IAS 28), para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a coligada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na coligada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada.

As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia.

Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada. A companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Após a apuração do valor residual do ativo imobilizado, para fins de Demonstrações Financeiras, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor do ativo imobilizado de forma agregada com outros ativos tais como investimentos e intangíveis em unidades geradoras de caixa.

Em função da mudança da prática contábil brasileira para plena aderência ao processo de convergência às práticas internacionais, na adoção inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 27 (IAS 16) e CPC 28 (IAS 40), há a opção de proceder a ajustes nos saldos iniciais à semelhança do que é permitido pelas normas internacionais de contabilidade, com a utilização do conceito de custo atribuído (*deemed cost*), conforme previsto nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 (IFRS 1) e 43 .

A Companhia optou por não avaliar o seu ativo imobilizado pelo valor justo como custo atribuído considerando que: (i) o método de custo, deduzido de provisão para perdas, é o melhor método para avaliar os ativos imobilizados da Companhia; (ii) o ativo imobilizado da Companhia é segregado em classes bem definidas e relacionadas à sua única atividade operacional que é a prestação de serviços em desenvolvimento e manutenção de software; (iii) a infraestrutura utilizada na indústria em que a

Companhia opera é significativamente impactada pelo desenvolvimento tecnológico, novos produtos com maior capacidade a preços menores são disponibilizados o que requer da Administração atualização frequente dos equipamentos da operação e a revisão frequente dos valores recuperáveis e estimativas de vida útil dos bens do ativo imobilizado, o que vem sendo feito consistentemente pela Companhia ao longo dos anos e (iv) a Companhia possui controles eficazes sobre os bens do ativo imobilizado que possibilitam a identificação de perdas e mudanças de estimativa de vida útil dos bens. V) As taxas de depreciação utilizadas representam adequadamente a vida útil dos equipamentos o que permite concluir que o valor do imobilizado está próximo do seu valor justo.

Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que o grupo obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas e valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, marcas e patentes, carteira de clientes adquiridas e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia e de suas controladas, desembolsos para compras de direito de exploração de áreas e aquisição de novos produtos desenvolvidos por terceiros.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao

final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor:

- a) **Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura**

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 30 de setembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

- b) **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 30 de setembro, individualmente ou no

nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável, quando aplicável.

Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Tributação

Impostos sobre vendas

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,0% e 7,6%;
- Imposto sobre serviços (ISS) de 2% a 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de vendas na demonstração do resultado.

Imposto de renda e contribuição social – correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240 mil no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizadas, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Pagamento baseado em ações

Durante os exercícios de 2011, 2010 e 2009, a Companhia concedeu a seus principais executivos e administradores remuneração na forma de pagamento com base em ações. A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações a seus funcionários com base no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas. As despesas dessas transações são reconhecidas no resultado durante o período em que os serviços são prestados em contrapartida da reserva de capital.

Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros, bônus, plano de previdência privada – contribuição definida, administrada por seguradora e remuneração com base em ações. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por Lote de mil ações – utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na database das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Compromisso de Arrendamento Mercantil Financeiro

A companhia contratou arrendamentos mercantis comerciais e equipamentos de informática para utilização de suas operações. A companhia determinou, com base em uma avaliação dos termos e condições dos contratos, que assume todos os riscos e benefícios significativos dos referidos bens. Desta forma, contabiliza os contratos como arrendamentos mercantis financeiros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco

significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Transações com Pagamentos Baseados em Ações

O Grupo mensura o custo de transações liquidadas com ações com funcionários baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da sua outorga. A estimativa do valor justo dos pagamentos com base em ações requer a determinação do modelo de avaliação mais adequado para a concessão de instrumentos patrimoniais, o que depende dos termos e condições da concessão. Isso requer também a determinação dos dados mais adequados para o modelo de avaliação, incluindo a vida esperada da opção, volatilidade e rendimento de dividendos e correspondentes premissas.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios internacionais, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados

para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

Instrumentos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados pelas disponibilidades, contas a receber, contas a pagar, debêntures, empréstimos e financiamentos e derivativos. Os instrumentos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e debêntures.

b) Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos e passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado: Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

A Companhia avaliou seus ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, pois pretende negociá-los em um curto espaço de tempo. Quando a Companhia não estiver em condições de negociar esses ativos financeiros em decorrência de mercados inativos, e a intenção da administração em vendê-los no futuro próximo

sufrer mudanças significativas, a Companhia pode optar em reclassificar esses ativos financeiros em determinadas circunstâncias. A reclassificação para empréstimos e contas a receber, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento, depende da natureza do ativo. Essa avaliação não afeta quaisquer ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado utilizando a opção de valor justo no momento da apresentação.

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 38 (IAS 39). Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não são relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio de resultado.

Empréstimos e financiamentos: Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia dispõe de controles internos com grau de eficiência suficiente para garantir a adequação e confiabilidade de suas demonstrações financeiras. A Companhia busca constantemente aperfeiçoar seus controles internos, por meio da revisão de processos internos.

b. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram identificadas pelos auditores independentes deficiências significativas sobre os controles internos da Companhia.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar :

a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

- c. **caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**
Não aplicável.

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando :

- a. **os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:**
- i. **arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
 - ii. **carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
 - iii. **contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iv. **contratos de construção não terminada**
 - v. **contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não aplicável.

- b. **outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**
Não aplicável.

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

- a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável.

- b. **natureza e o propósito da operação**

Não aplicável.

- c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável.

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

- a. **investimentos, incluindo:**

- i. **descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos.**

A Companhia continua com sua bem sucedida estratégia de buscar o crescimento inorgânico por meio de transações de fusão e aquisição de empresas, desenvolvedoras de software de gestão ou de empresas que possam ampliar as ofertas de serviços de valor agregado da Companhia, no mercado brasileiro e/ou internacional.

Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) é outra linha relevante no plano de investimento, dada sua importância estratégica para o setor da economia no qual a Companhia está inserida. Tais investimentos permitem oferecer soluções cada vez mais aderentes às necessidades dos clientes, e agregar inovações tecnológicas que propiciam maior produtividade dos usuários das soluções.

Historicamente, as despesas com P&D têm representado de 10% a 14%, aproximadamente, da receita líquida da Companhia. Em 2010, as despesas com P&D cresceram 26,6% em relação a 2009, superando R\$149 milhões, correspondente a 13,3% da receita líquida. Já de 2010 para 2011, o crescimento desta linha foi de 16,9% e representou 13,7% da receita líquida.

ii. fontes de financiamento dos investimentos.

Os investimentos em P&D têm como fonte de financiamento os recursos gerados nas atividades operacionais da Companhia e os recursos oriundos principalmente do PROSOFT e Debêntures (vide item 10.1.f). Além dos recursos gerados nas atividades operacionais, as transações de fusão e aquisições podem também ser viabilizadas por meio de operações estruturadas que envolvam tanto recursos próprios quanto de terceiros, de acordo com a magnitude da transação.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Atualmente, a Companhia não tem desinvestimentos relevantes em curso e/ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não aplicável.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Os investimentos em P&D têm representado de 10% a 14%, aproximadamente, da receita líquida da Companhia.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Não foram identificados outros fatores não mencionados nesta seção que possam influenciar de maneira significativa o desempenho operacional da Companhia.

**PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/2011
FORMULADA PELA ADMINISTRAÇÃO DA TOTVS S.A. A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E
DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE
2012, ÀS 09:00HS, NOS TERMOS DO ITEM II, PARÁGRAFO 1º DO ARTIGO 9º DA INSTRUÇÃO
CVM Nº 481/09**

ANEXO 9-1-II DA INSTRUÇÃO CVM Nº 481/09

DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO

1. Informar o lucro líquido do exercício: <i>Lucro líquido do exercício</i>		R\$ 168.903.296,90			
2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados: <i>Juros sobre Capital Próprio declarados em 20/12/2011 (R\$0, 219481/ação)</i> <i>Dividendos propostos em 30/01/2012 (R\$0,404530/ação)</i> <i>Total</i>		<i>Montante global</i> R\$34.999.912,92 <u>R\$64.511.353,94</u> R\$ 99.511.266,86			
3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído: <i>Percentual do Lucro líquido do exercício distribuído</i>		58,9%			
4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores: <i>Dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores</i>		R\$0,00			
5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:					
a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe.					
b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio.					
c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio.					
d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento.					
			Montante		
Remuneração	Declaração	Ação	Global (*)	Por ação(*)	Pagamento
<i>Dividendos</i>	<i>21/03/2012</i>	<i>ON</i>	<i>R\$64.511.353,94</i>	<i>R\$0,404530</i>	<i>25/04/2012</i>
<i>(*) Não há incidência de atualização e juros.</i>					
6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores:					
a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados					
b. Informar a data dos respectivos pagamentos					
			Montante		
Remuneração	Declaração	Ação	Global	Por ação	Pagamento
<i>Juros sobre Capital Próprio</i>	<i>20/12/2011</i>	<i>ON</i>	<i>R\$34.999.912,92</i>	<i>R\$0,219481</i>	<i>18/01/2011</i>

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:
- Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores.
 - Dividendo e juro sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores.

	<i>Exercício (valores expressos em R\$)</i>			
	<i>2011</i>	<i>2010</i>	<i>2009</i>	<i>2008</i>
<i>Montante Global</i>				
<i>Lucro líquido</i>	<i>168.903.296,90</i>	<i>138.196.940,52</i>	<i>120.294.969,34</i>	<i>48.211.572,83</i>
<i>Dividendos</i>	<i>64.511.353,94</i>	<i>60.106.923,76</i>	<i>49.597.739,22</i>	<i>16.511.000,00</i>
<i>Juros sobre Capital Próprio</i>	<i>34.999.912,92</i>	<i>27.000.000,00</i>	<i>22.499.970,02</i>	<i>19.499.951,14</i>
<i>Total distribuído</i>	<i>99.511.266,86</i>	<i>87.106.923,76</i>	<i>72.097.709,24</i>	<i>36.010.951,14</i>
<i>Montante por ação ON (*)</i>				
<i>Lucro líquido</i>	<i>1,059175</i>	<i>0,878576</i>	<i>0,772300</i>	<i>0,309521</i>
<i>Dividendos</i>	<i>0,404530</i>	<i>0,382113</i>	<i>0,318420</i>	<i>0,106001</i>
<i>Juros sobre Capital Próprio</i>	<i>0,219481</i>	<i>0,171650</i>	<i>0,144451</i>	<i>0,125191</i>
<i>Total distribuído</i>	<i>0,624011</i>	<i>0,553763</i>	<i>0,462871</i>	<i>0,231192</i>

(*) O capital social da Companhia é composto apenas ações ordinárias. Montantes por ação de 2010 e 2009 ajustados pelo efeito do desdobramento (Split) na proporção de 1:5 realizado em 21/03/2011.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal:

- Identificar o montante destinado à reserva legal.

Montante destinado à reserva legal *R\$8.445.164,85*

- Detalhar a forma de cálculo da reserva legal.

Lucro líquido do exercício *R\$168.903.296,90*

(x) Percentual destinado à reserva legal (Art. 193 Lei 6.404/76) *5%*

(=) Destinação à reserva legal *R\$8.445.164,85*

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos:

- Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

- Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não aplicável

- Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não aplicável

- Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não aplicável

- Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não aplicável

10. Em relação ao dividendo obrigatório:

- Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

O item "ii" do Artigo 36 do Estatuto Social da Companhia prevê dividendo obrigatório não inferior a 25% do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

- Informar se ele está sendo pago integralmente

Os dividendos propostos pela Administração são superiores ao dividendo obrigatório, portanto, o dividendo obrigatório está sendo integralmente pago.

- Informar o montante eventualmente retido

Não houve retenção de dividendo obrigatório.

<p>11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia:</p> <p>a. Informar o montante da retenção. <i>Não aplicável.</i></p> <p>b. Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos. <i>Não aplicável</i></p> <p>c. Justificar a retenção dos dividendos. <i>Não aplicável</i></p>
<p>12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências:</p> <p>a. Identificar o montante destinado à reserva. <i>Não aplicável.</i></p> <p>b. Identificar a perda considerada provável e sua causa. <i>Não aplicável.</i></p> <p>c. Explicar porque a perda foi considerada provável. <i>Não aplicável</i></p> <p>d. Justificar a constituição da reserva. <i>Não aplicável</i></p>
<p>13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar:</p> <p>a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar. <i>Não aplicável</i></p> <p>b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva. <i>Não aplicável</i></p>
<p>14. Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias:</p> <p>a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva <i>Não aplicável</i></p> <p>b. Identificar o montante destinado à reserva <i>Não aplicável</i></p> <p>c. Descrever como o montante foi calculado <i>Não aplicável</i></p>
<p>15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital:</p> <p>a. Identificar o montante da retenção <i>Destinação para reserva de retenção de lucros</i> <i>R\$60.946.865,19</i></p> <p>b. Fornecer cópia do orçamento de capital</p> <p><i>Aplicações:</i></p> <p><i>Projetos de expansão, reposição de ativos de TI e P&D</i> <i>R\$348.988.444,24</i></p> <p><i>Total das aplicações</i> <i>R\$348.988.444,24</i></p> <p><i>Fontes:</i></p> <p><i>Reserva de retenção de lucros em 31 de dezembro de 2011</i> <i>R\$171.240.282,00</i></p> <p><i>Caixa estimado a ser gerado nas atividades operacionais em 2012</i> <i>R\$177.748.162,24</i></p> <p><i>Total das fontes</i> <i>R\$348.988.444,24</i></p>
<p>16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais</p> <p>a. Informar o montante destinado à reserva <i>Não aplicável</i></p> <p>b. Explicar a natureza da destinação <i>Não aplicável</i></p>

MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO INDICADOS PELA ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA PARA O PRÓXIMO MANDATO, A SER SUBMETIDOS À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012 ÀS 09:00HS

ITENS 12.6 a 12.10 DO FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

12.6. Candidatos

Nome completo	Laércio José de Lucena Cosentino	Marília Artimonte Rocca	Pedro Luiz Barreiros Passos	Pedro Moreira Salles	Sérgio Földes Guimarães	Germán Pasquale Quiroga Vilardo ¹	Luís Carlos Fernandes Afonso ¹
Idade	51	39	60	52	41	44	50
Profissão	Engenheiro Elétrico	Administradora de empresas	Engenheiro de Produção	Economista	Analista de Sistemas	Engenheiro Eletrônico	Economista
CPF	032.737.678-39	252.935.048-51	672.924.618-91	551.222.567-72	014.873.977-63	009.943.227-71	035.541.738-35
Cargo eletivo ocupado	Presidente do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração	Membro do Conselho de Administração
Data de eleição	A.G.O. 2010	A.G.O. 2010	A.G.O. 2010	A.G.O. 2010	A.G.O. 2010	-	-
Data da posse	24/03/2010	24/03/2010	24/03/2010	24/03/2010	24/03/2010	-	-
Prazo do mandato	A.G.O. 2012	A.G.O. 2012	A.G.O. 2012	A.G.O. 2012	A.G.O. 2012	-	-
Indicação se foi eleito pelo controlador ou não	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não

¹ Novos candidatos a membros do Conselho de Administração

12.7. Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Comitê	Cargo Ocupado	Nome CPF Descrição outros cargos ocupados	Profissão Idade	Data Eleição Data Posse	Prazo Mandato
Comitê de Auditoria	Presidente do Comitê	Pedro Luiz Barreiros Passos 672.924.618-91 Membro independente do Conselho de Administração	Engenheiro de Produção 60	28/05/2007 28/05/2007	2 anos, auto-renováveis
	Membro do Comitê	Charles Barnsley Holland 379.343.258-00 -	Bacharel em Ciências Contábeis 69	28/05/2007 28/05/2007	2 anos, auto-renováveis
	Membro do Comitê	Gilberto Mifano 566.164.738-72 -	Administrador de empresas 61	23/03/2011 23/03/2011	2 anos, auto-renováveis

Comitê	Cargo Ocupado	Nome CPF Descrição outros cargos ocupados	Profissão Idade	Data Eleição Data Posse	Prazo Mandato
Comitê de Remuneração	Membro do Comitê	Laércio José de Lucena Cosentino 032.737.678-39 Presidente do Conselho de Administração, Diretor Presidente	Engenheiro Elétrico 51	20/06/2011 20/06/2011	2 anos
	Membro do Comitê	Alexandre Mafra Guimarães 681.592.776-87 Diretor Financeiro e de Serviços Compartilhados e Diretor de Relações Humanas	Engenheiro Elétrico 39	06/20/2011 01/07/2011	2 anos
	Membro do Comitê	Paulo Eduardo Saliby 272.400.048-05 -	Administrador de empresas 34	20/06/2011 20/06/2011	2 anos
	Membro do Comitê	Pedro Moreira Salles 551.222.567-72 Membro independente do Conselho de Administração	Economista 52	10/01/2011 10/01/2011	2 anos
Comitê de Estratégia	Membro do Comitê	Gilsinei Valcir Hansen 851.310.329-20 Diretor de Negócio	Administrador de empresas 37	22/07/2011 22/07/2011	2 anos
	Membro do Comitê	Jason Greenberg - -	Economista 40	22/07/2011 22/07/2011	2 anos

12.8. Em relação a cada um dos administradores fornecer:

a. currículo

i. principais experiências profissionais

O Sr. Laércio José de Lucena Cosentino é graduado em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da USP. Nos últimos 5 anos o Sr. Cosentino atuou como Presidente do Conselho e Presidente da TOTVS, além de ter temporariamente ocupado outros cargos de diretoria como o da Vice Presidência de Estratégia de Mercado, Diretor de Relações com Investidores e Vice presidente Administrativo Financeiro. Graduou-se em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica de Engenharia da Universidade de São Paulo em 1982. Foi diretor da SIGA entre 1978 e 1983 e fundou a Companhia em 1983, atuando como sócio diretor. O Sr. Cosentino é atualmente membro independente do conselho de administração da Redecard S/A.

A Sra. Marília Artimonte Rocca é formada em administração de empresas pela EAESP-FGV, São Paulo e cursou MBA pela Columbia Business School em NY, EUA. Foi selecionada para o programa do Henry Crown Fellowship do Aspen Institute, da qual faz parte desde 2006. Durante quase 10 anos iniciou e gerenciou organizações do terceiro setor. Atuou como Diretora Geral da Fundação Brava, organização focada na promoção da gestão na área pública e terceiro setor, 2000-2007 e foi co-fundadora e diretora geral da Endeavor Brasil, principal ONG de apoio a empreendedores

inovadores no país, 2000 - 2005. Atuou como membro do Conselho de Administração do Instituto Endeavor, organização líder no apoio ao empreendedorismo, de 2005 até o presente, Veris Educacional e holding educacional do grupo Ibmecc, de 2004 até 2008. Sócia e Co-Presidente da Mãe Terra Produtos Naturais, indústria alimentícia desde 2008 e Sócia Diretora da Solocorp Inc, holding de participações em empresas emergentes desde 2007.

O Sr. Pedro Luiz Barreiros Passos é graduado em Engenharia de Produção pela Escola Politécnica da USP e em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Possui longa carreira na Natura, empresa de cosméticos, onde ingressou em 1983 como Gerente Geral de uma das empresas do grupo. É presidente do Conselho Curador do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), Vice-Presidente do Conselho Curador da Fundação Nacional da Qualidade (FNQ) e é integrante dos Conselhos do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), da Fundação SOS Mata Atlântica, do Instituto Empreender Endeavor, da Fundação Dom Cabral, da TOTVS S/A e do Insper – Instituto de Ensino e Pesquisa e Co-presidente do Conselho de Administração da Natura.

O Sr. Pedro Moreira Salles é graduado magna cum laude em economia e história pela University of California. cursou o programa de mestrado em Relações Internacionais da Universidade de YALE, EUA, e o Owners & Presidents Management Program, da Universidade de Harvard. Começou a trabalhar no Unibanco em 1988 como membro do Conselho de Administração, que veio a presidir em 1997. Em abril de 2004, foi eleito presidente executivo do Unibanco, permanecendo até 2008. Tornou-se vice-presidente executivo da Itaú Unibanco Holding entre os anos de 2008 e 2009 e atualmente é Presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A.. Sr. Salles também é diretor geral da Brasil Warrant S.A., holding do Grupo Moreira Salles e Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco Itaú BBA S.A.. Foi presidente do Conselho de Administração da Unibanco Seguros S.A. e da Fininvest S.A.

O Sr. Sérgio Földes Guimarães é graduado em Informática pela UFRJ (1992) e mestre em Administração de Empresas – Ênfase em Finanças – pela PUC-Rio (2001). Ingressou no BNDES, por concurso público em 1993 e, desde então, atuou em diversas atividades nas áreas Industrial, financeira e de mercado de capitais. Tem se envolvido em transações relevantes no mercado de capitais desde 1999 e em todas as operações de follow-on e IPO em que o BNDES atuou neste período. Foi nomeado Chefe do Departamento do Mercado de Capitais em 2005, cargo que ocupou até abril de 2009, quando passou a ser Chefe do Departamento de Acompanhamento da Área de Mercado de Capitais. Em janeiro de 2010, foi nomeado Superintendente da Área Internacional do BNDES, cargo que ocupa até o presente momento. Também exerceu a função de Conselheiro do INI (Instituto Nacional de Investidores) de 2005 a abril de 2009 e é membro do Conselho de Administração da TOTVS desde março de 2008. Entre 2005 e 2007, atuou como Conselheiro do Fundo de Investidores Institucionais FIA.

O Sr. Germán Pasquale Quiroga Vilardo é graduado em engenharia eletrônica pelo IME - Instituto Militar de Engenharia (1991) e mestre em sistema digital pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (1994). O Sr. Quiroga fundou a TV1.com, onde foi CEO entre 1994 e 1999; fundou as Americanas.com, onde atuou como CIO e CMO entre 1999 e 2004; atuou como CIO e CMO da Cyrela Brasil Realty entre 2004 e 2008; e fundou Pontofrio.com (atual Globex Utilidades S.A.), onde atuou como CEO e membro do conselho de administração entre 2008 e 2011. Atualmente, o Sr. Quiroga é CEO da Nova Pontocom, membro do conselho de administração da Sequóia Desenvolvimento Imobiliário S.A., da E-Plataforma e da E-Hub.

O Sr. Luís Carlos Fernandes Afonso é formado em ciências econômicas pela PUC-SP (1986), mestre em Economia Industrial pela UFRS e pós-graduado em desenvolvimento ambiental e econômico. O Sr. Afonso é presidente da Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, Diretor de Bonaire Participações S.A., Conselheiro de Administração da BRF - Brasil Foods S.A. e Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.. Anteriormente, desempenhou funções de Secretário de Finanças das Prefeituras de São Paulo, Campinas e Santo André, Diretor Executivo da Cia. de Abastecimento Integrado de Santo André – CRAISA, Professor Mestre da Faculdade de Campinas – FACAMP, Professor de Pós-Graduação na Fundação Santo André, Professor de Graduação de diversas instituições de ensino, dentre elas Universidade Anhembi-Morumbi.

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupem em companhias abertas

Pedro Luiz Barreiros Passos: além de membro do Conselho de Administração da TOTVS, Sr. Passos também é membro do Conselho de Administração da Natura.

Pedro Moreira Salles: presidente do Conselho de Administração do Itaú Unibanco Holding S.A. e membro do Conselho de Administração da Porto Seguro S.A.

Luís Carlos Fernandes Afonso: membro do Conselho de Administração BRF - Brasil Foods S.A. e membro do Conselho de Administração Iguatemi Empresa de Shopping Center S.A.

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

i. qualquer condenação criminal

ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas

iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Durante os últimos 5 anos não houve quaisquer eventos relacionados a condenações criminais, condenações em processos administrativos da CVM ou condenações que transitaram em julgado que acarretasse na suspensão ou inabilitação para a prática de uma atividade profissional ou comercial de nenhum dos candidatos ora apresentados.

12.9. Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Nome Cargo	CPF	Empresa	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Laércio José de Lucena Cosentino Presidente / Presidente do Conselho de Administração	032.737.678-39	TOTVS S.A.	53.113.791/0001-22	Filho (1º grau por consanguinidade)
Marcelo Eduardo Sant'anna Cosentino Diretor de Negócio	306.743.308-46	TOTVS S.A.	53.113.791/0001-22	

12.10. Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais

A TOTVS mantém contratos de locação referentes aos imóveis localizados à Av. Braz Leme, n.º 1631, n.º 1717 e n.º 1793, São Paulo/SP, sendo que a locadora possui vínculos com o Sr. Laércio José de Lucena Cosentino. O valor anual é de aproximadamente R\$6,3 milhões e o reajuste do contrato é anual e de acordo com a variação do IGP-M no período.

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES A SER SUBMETIDA À APRECIÇÃO E DELIBERAÇÃO DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 21 DE MARÇO DE 2012

13. Remuneração dos administradores

13.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

Garantir modelos de remuneração competitivos e alinhados às práticas de mercado que potencializem a atração e retenção dos profissionais.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Diretoria

Remuneração Fixa: refere-se ao valor recebido mensalmente pelo profissional que visa remunerá-lo pelas atribuições e responsabilidades pertinentes ao cargo exercido.

Remuneração Variável:

- Variável Mensal (curto prazo): refere-se aos valores variáveis recebidos mensalmente pelo profissional, recompensando-o pelos resultados globais da Companhia.
- Bonificação Anual (médio prazo): refere-se aos valores variáveis recebidos anualmente pelo profissional, recompensando-o pelos resultados globais da Companhia. Atrelada a quesitos financeiros (atingimento de metas de margem EBITDA) e desempenho individual por meio do cumprimento de metas estabelecidas.
- *Stock Options* (longo prazo): opção de compra de ações TOTVS outorgada anualmente e distribuída aos diretores estatutários da Companhia com o objetivo de gerar comprometimento de longo prazo e atrelado ao desempenho dos anos subsequentes.
- Benefícios: refere-se ao conjunto de benefícios concedidos aos profissionais, como plano de saúde, vale-refeição, previdência privada, seguro de vida, entre outros. O conjunto de benefícios é o mesmo para todos os profissionais, porém, podem existir diferenças nos valores dos benefícios concedidos em função da região geográfica na qual o profissional atua.

Conselho de Administração

A remuneração de todos os membros do Conselho de Administração é mensal, fixa, e visa recompensar os administradores de acordo com as práticas de mercado.

Comitês de Auditoria e Remuneração/Gente

Os administradores (diretores e membros do Conselho de Administração) que também fazem parte de algum dos comitês não fazem jus ao recebimento de remuneração adicional por participarem nos referidos comitês.

Os membros independentes dos comitês possuem contrato de prestação de serviços com especificação de valor total anual e quantidade de reuniões por ano. O pagamento pelos serviços é realizado mensalmente.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Diretoria

No que concerne a remuneração mensal, a relação entre a remuneração fixa e variável é de aproximadamente 80% fixa e 20% variável. Em se tratando da remuneração *target* anual total, a composição é de aproximadamente: 60% fixa; 11% variável; e 29% bonificação.

Conselho de Administração

A remuneração dos membros do Conselho de Administração é 100% fixa.

Comitês de Auditoria e Remuneração/Gente

A remuneração dos membros independentes dos comitês é 100% fixa e determinada por contrato de prestação de serviços.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Abaixo estão detalhadas as metodologias de cálculo usadas em cada elemento da remuneração dos administradores:

Diretoria

Variável mensal: A parcela variável é calculada com base no EBITDA da TOTVS no ano acumulado até a data (YTD), ou seja, de janeiro até o mês anterior ao mês corrente. O pagamento é condicionado ao percentual de cumprimento da meta EBITDA YTD estipulada. Estabelece-se uma meta alvo para cada executivo, sendo o variável mensal calculado de acordo com o percentual de atingimento do EBITDA acumulado, aplicado sobre o valor base ao qual cada diretor faz jus, que é um percentual do da remuneração fixa. A fórmula é:

Pagamento mês = Valor Base x % Atingimento EBITDA Acumulado x Nº de meses – Pagamentos Anteriores.

Bonificação anual: varia de acordo com (i) cumprimento de metas individuais e avaliação individual de desempenho; e (ii) quesito financeiro (desempenho global da Companhia mensurado pela margem EBITDA). O cálculo considera o percentual de atingimento das metas individuais e da avaliação individual de desempenho multiplicado por uma tabela de aceleração/deflação do pool de bônus de acordo com a margem EBITDA gerada e multiplicado pelo número de salários *target*.

As metas individuais são definidas de acordo com a área do executivo e totalizam 4 para o ano. Há a possibilidade de ajustes das metas ao longo do exercício por motivos extraordinários (mudança de função, outros); contudo, ajustes devem ser conduzidos e aprovados junto aos

órgãos responsáveis (Conselho de Administração e Comitê de Remuneração/Gente, conforme aplicável).

Stock Options: assistido pelo Comitê de Remuneração/Gente, o Conselho de Administração outorga as *stock options* para os membros da diretoria e para outras pessoas-chave da Companhia. A quantidade alocada para cada beneficiário é calculada com base: (i) no nível hierárquico; e (ii) no potencial do beneficiário em assumir posições executivas no futuro. Para mais informações sobre o plano de *stock options*, vide item 13.4.

Reajustes: os componentes da remuneração (fixa e variável mensal) podem ser reajustados anualmente, de acordo com as seguintes métricas: índice inflacionário, dissídio, comparação com o mercado e/ou desempenho individual.

Conselho de Administração

O reajuste da remuneração fixa é feito anualmente e leva em conta as práticas de mercado.

Comitês de Auditoria e Remuneração/Gente

O reajuste da remuneração fixa é feito anualmente e leva em conta as práticas de mercado.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

Os componentes de remuneração estabelecidos visam garantir equidade com práticas de mercado, devendo agir como estratégias de sustentação competitiva na atração e retenção de profissionais qualificados por meio de um equilíbrio que contemple a recompensa/remuneração de curto (mensal), médio (anual) e longo prazos (*stock option*), sendo que nos últimos dois casos a estratégia de remuneração variável atrelada aos resultados da Companhia visa garantir maior engajamento e senso de propriedade nos executivos.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Os principais indicadores de desempenho utilizados na determinação de cada elemento da remuneração são: (i) o resultado da Companhia; (ii) o resultado da área do executivo; e (iii) o desempenho individual do próprio executivo. Leva-se em consideração também a referência de valor de mercado da função. Vide também item 13.1(b)(iii).

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Os três primeiros indicadores citados no item 13.1(c) são considerados para definir a estratégia e a composição dos modelos variáveis de remuneração. A referência de valor da função no mercado é a base para definição da remuneração fixa.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

A definição dos componentes da política de remuneração visa à retenção, engajamento e senso de propriedade dos profissionais com os resultados da Companhia, balanceando elementos que têm como parâmetro métricas de curto, de médio e de longo prazos.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não há remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos na Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Vide item 13.12.

13.2. Remuneração reconhecida no resultado do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria estatutária

2011

Órgão ¹	Número de Membros ²	remuneração fixa anual				remuneração variável					benefícios pós-emprego	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	remuneração baseada em ações	Total
		salário ou pró-labore	benefícios diretos e indiretos	remuneração por participação em comitês	outros ³	bônus	participação nos resultados	remuneração por participação em reuniões	comissões	outros				
Conselho de Administração	4	754.600,00	-	-	150.920,00		-	-	-	-	-			905.520,00
Diretoria	31	16.512.667,73	-	-	3.577.966,38	119.486,75	-	-	-	-	573.552,43		9.598.892,16	30.382.565,45
Total	35	17.267.267,73	-	-	3.728.886,38	119.486,75	-	-	-	-	573.552,43		9.598.892,16	31.288.085,45

Proposta para 2012

Órgão ¹	Número de Membros ²	remuneração fixa anual				remuneração variável					benefícios pós-emprego	benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	remuneração baseada em ações	Total
		salário ou pró-labore	benefícios diretos e indiretos	remuneração por participação em comitês	outros ³	bônus	participação nos resultados	remuneração por participação em reuniões	comissões	outros				
Conselho de Administração	5	1.106.640,00	-	-	221.328,00		-	-	-	-	45.792,00			1.373.760,00
Diretoria	29	16.862.364,00	-	-	3.523.317,46	6.249.867,00	-	-	-	-	842.997,00		10.128.770,11	37.607.315,57
Total	34	17.969.004,00	-	-	3.744.645,46	6.249.867,00	-	-	-	-	888.789,00		10.128.770,11	38.981.075,57

¹ A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado

² O Conselho de Administração da TOTVS possui 6 membros, no entanto, os senhores Laércio José de Lucena Cosentino e Sergio Földes Guimarães são membros não remunerados. O número de diretores 2011 representa a média ponderada pelos meses trabalhados no ano.

³ A remuneração de rubrica "outros" representa substancialmente os encargos sobre as remunerações auferidas no ano.

13.3. Remuneração variável do último exercício social e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração e da diretoria

2011

Órgão ¹	Número de Membros ²		em relação ao bônus:	em relação à participação no resultado
Conselho de Administração	4	valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
		valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
		valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
		Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-
Diretoria	31	valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
		valor máximo previsto no plano de remuneração	17.327.224,28	-
		valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	8.248.000,00	-
		Valor efetivamente reconhecido no resultado	119.486,75	-

previsão para 2012

Órgão ¹	Número de Membros ²		em relação ao bônus:	em relação à participação no resultado
Conselho de Administração	5	valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
		valor máximo previsto no plano de remuneração	-	-
		valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	-
		Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	-
Diretoria	29	valor mínimo previsto no plano de remuneração	-	-
		valor máximo previsto no plano de remuneração	9.374.800,50	-
		valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	6.249.867,00	-
		Valor efetivamente reconhecido no resultado	N/A	-

¹ A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado

² O Conselho de Administração da TOTVS possui 6 membros, no entanto, os senhores Laércio José de Lucena Cosentino e Sergio Földes Guimarães são membros não remunerados. O número de diretores 2011 representa a média ponderada pelos meses trabalhados no ano.

13.4. Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente

a. termos e condições gerais

O plano de Outorga de Opções de Ações da TOTVS (“Plano”) é administrado pelo Conselho de Administração, o qual tem competência privativa para:

- i. selecionar pessoas elegíveis para receber as opções;
- ii. definir a quantidade e o preço de exercício das opções e a forma de distribuição entre os elegíveis;
- iii. definir restrições para a alienação das ações adquiridas ou subscritas;
- iv. prorrogar o prazo final para o exercício das opções em vigor;
- v. modificar os termos se houver alteração legal;
- vi. propor alterações no Plano, aprovadas pela AGE;
- vii. autorizar a Diretoria a firmar os Contratos de Opção com os participantes;
- viii. decidir casos omissos.

O plano tem validade de 60 meses a partir de 26/11/2007, data de sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia, para a conclusão das outorgas. O plano permanece em vigor até o término do prazo de exercício das opções em circulação.

b. principais objetivos do plano

O plano tem por objetivo despertar em seus beneficiários o senso de propriedade e envolvimento pessoal no sucesso financeiro da Companhia, encorajando-os a devotar seus melhores esforços aos negócios, contribuindo, assim, para a implementação do interesse da Companhia e de seus acionistas.

c. forma como o plano contribui para esses objetivos

O plano contribui para tal objetivo à medida que cria um vínculo entre o desempenho dos beneficiários elegíveis e o valor das ações da Companhia, pois tão maior é o benefício quanto melhor for o desempenho da Companhia e seu reflexo na valorização do preço de sua ação.

As pessoas elegíveis tendem a ficar mais motivadas pela possibilidade de elevar sua remuneração no longo prazo e a trabalhar alinhadas às expectativas do mercado e dos acionistas, tratando de decidir não somente em benefício próprio, mas em benefício da organização como um todo.

d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor

O plano complementa a remuneração dos beneficiários elegíveis, pois adiciona um elemento de remuneração de longo prazo [para mais informações vide item [13.1\(b\)](#)]. O plano também tem a função de retenção de talentos em um mercado cada vez mais competitivo, além de criar incentivos para proporcionar maior motivação aos beneficiários.

e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo

O Plano compõe a estratégia de remuneração dos administradores adicionando um elemento de longo prazo por meio da regra de reserva de direito, também conhecida como *vesting period*, a qual, no caso específico, determina que todas as opções só poderão ser exercidas

entre o final de 36 meses (1ª, 2ª e 3ª outorgas), e a contar da data de outorga (período depois do qual as ações se tornam maduras) e o prazo máximo de 60 meses (1ª, 2ª e 3ª outorgas) a contar da data de outorga (após tal período as opções se extinguirão). Para a 4ª e 5ª outorgas do plano de opção de ações da Companhia, há 3 prazos de carência para o exercício das opções, quais sejam (i) parte das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2014, (ii) parte das opções poderão ser exercidas a partir de 30 de janeiro de 2015 e (iii) parte das opções poderão ser exercidas a partir de 18 de outubro de 2015, conforme detalhe apresentado no item 13.6.

Outro elemento importante é aquele melhor descrito no item 13.4(n), pois o desligamento do beneficiário elegível por justa causa ou o desligamento voluntário extingue as opções concedidas que ainda não tenham sido exercidas até a data do desligamento, exceções feitas mediante aprovação específica do Conselho de Administração. Dessa maneira, tanto a reserva de direito quanto o desligamento do funcionário exigem, de formas diferentes, que o comportamento profissional das pessoas elegíveis não seja oportunista e seja voltado para períodos de tempo maiores. Isso porque, no curto prazo, suas remunerações não serão acrescidas da parte variável composta por *stock options* e, no médio prazo, o baixo nível de desempenho do colaborador pode implicar em desligamento ou redução do preço da ação da Companhia.

f. número máximo de ações abrangidas

O número máximo de ações ordinárias nominativas que serão emitidas como resultado do Plano corresponde a 1.038.156 ações a serem emitidas conforme as opções forem sendo exercidas, observados os prazos descritos no item 13.4(e).

Em 21 de março de 2011 ocorreu o desdobramento (*split*) de ações, sendo que uma ação passou a representar cinco ações. Em virtude desse desdobramento, o número máximo de ações abrangidas passou a ser de 5.190.780.

g. número máximo de opções a serem outorgadas

O número máximo de opções, onde cada opção corresponde a uma ação ordinária nominativa de emissão da Companhia, corresponde a 3,3% do capital social da Companhia, que totalizam as 5.190.780 opções de ações que compõem o Plano.

h. condições de aquisição de ações

O preço de exercício deve ser pago pelo beneficiário nas formas e prazos determinados pelo Conselho de Administração. Enquanto o preço de exercício não for pago integralmente, as ações adquiridas com o exercício das opções não poderão ser alienadas a terceiros, salvo mediante prévia autorização do Conselho de Administração, hipótese em que o produto da venda será destinado prioritariamente para quitação do débito do beneficiário para com a Companhia.

i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

A fixação do preço de exercício é baseada no valor unitário das ações da TOTVS e corresponde à média aritmética das cotações nos 5 pregões anteriores à data de outorga.

j. critérios para fixação do prazo de exercício

As opções deverão ser exercidas pelos beneficiários no período compreendido entre o final de 36 meses, a contar da data de outorga (período depois do qual as ações se tornam maduras), e o prazo máximo de 60 meses, a contar da data de outorga (após tal período as opções se extinguirão), exceções feitas ao 4º e 5º. lotes que possuem datas específicas conforme descrito no item 13.4(e).

k. forma de liquidação

Caso o beneficiário deseje liquidar suas ações, ele deve comunicar a TOTVS por escrito. Uma vez comunicada a Companhia, o efetivo exercício das opções ocorrerá sempre por ocasião das reuniões ordinárias do Conselho de Administração, no caso de subscrição de novas ações, ou em outra data, a critério do Conselho de Administração, no caso de alienação de ações em tesouraria.

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções sempre que verificadas situações onde, nos termos da legislação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte de empregados e administradores da Companhia. O beneficiário não terá quaisquer direitos ou privilégios de acionista até que as opções sejam exercidas e as ações subscritas ou compradas.

l. restrições à transferência das ações

As ações são pessoais e intransferíveis, salvo sucessão por falecimento.

m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

O Conselho de Administração poderá determinar a suspensão do direito ao exercício das opções sempre que verificadas situações que, nos termos da legislação em vigor, restrinjam ou impeçam a negociação de ações por parte dos beneficiários do plano.

Se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada, as opções extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista no plano.

n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Em caso de desligamento do beneficiário por iniciativa da Companhia, por qualquer razão, exceto por justa causa ou desligamento voluntário, este poderá exercer as opções maduras que não tenham sido exercidas até a data do desligamento em no máximo 30 dias deste, respeitadas as regras de reserva de direito.

Na hipótese de desligamento voluntário ou por justa causa, todas as opções que tenham sido concedidas, que não estejam maduras, restarão automaticamente extintas de pleno direito, independente de aviso prévio ou de indenização a qualquer título.

No caso de falecimento do beneficiário, todas as opções maduras, porém ainda não exercidas, segundo as regras de reserva de direito, poderão ser exercidas pelos herdeiros ou sucessores do titular das opções devidamente definidos em regular processo de inventário e partilha dos bens, ou por qualquer outro meio previsto em lei e que claramente identifique os herdeiros e/ou sucessores, devendo o exercício ocorrer no prazo de até 12 meses contados do falecimento do beneficiário, podendo o Conselho de Administração, a seu exclusivo critério, prorrogar tal prazo até o término do inventário e partilha de bens, porém sempre respeitando o prazo máximo para o exercício das opções.

No caso de invalidez permanente do beneficiário, devidamente reconhecida de acordo com a legislação previdenciária aplicável, este continuará a participar normalmente do programa, observado o prazo máximo para exercício das opções.

No caso de aposentadoria do beneficiário, todas as opções maduras, porém ainda não exercidas, segundo as regras de reserva de direito, poderão ser exercidas em até 12 meses a contar da data da comunicação da aposentadoria.

13.5. Informar a quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social.

Em 31/12/2011	Ações Ordinárias		Debêntures conversíveis		Stock Options	
	Qtde Ações	%	Qtde Units	%	Qtde Opções ²	%
Controlador	-	0,00%	-	0,00%	-	0,00%
Diretores	82.830	0,05%	-	0,00%	3.866.570	94,50%
Conselho de Administração	1.678.781	1,05%	-	0,00%	-	0,00%
Pessoas/Sociedades Vinculadas	26.805.740	16,81%	-	0,00%	-	0,00%
Outros	130.899.440	82,09%	140.000	100,00%	224.910	5,50 %
Total	159.466.791	100,00%	140.000	100,00%	4.091.480	100,00%

¹ A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado

² Quantidade líquida das outorgas canceladas em função do desligamento de administradores

13.6. Remuneração baseada em ações reconhecida no resultado do último exercício social e a prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária.

Data da outorga: 30/01/2008							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	87.978,59	-
Diretoria	16	1.350.285	360.020	3 anos	5 anos	N/A	9,23	9,23	9,23	-	3,17		
Não-administradores	1	10.000	0	3 anos	5 anos	N/A	9,23	9,23	9,23	-	3,17		

Data da outorga: 22/01/2009							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	591.923,23	49.326,94
Diretoria	33	907.800	122.725	3 anos	5 anos	N/A	7,21	7,21	-	-	2,24		
Não-administradores	1	6.735	0	3 anos	5 anos	N/A	7,21	7,21	-	-	2,24		

Data da outorga: 21/01/2010							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.201.760,78	3.201.760,78
Diretoria	33	1.627.845	454.080	3 anos	5 anos	N/A	23,36	23,36	-	-	7,96		
Não-administradores	2	48.730	16.540	3 anos	5 anos	N/A	23,36	23,36	-	-	7,96		

Data da outorga: 19/11/2010							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.874.485,84	2.874.485,84
Diretoria	28	791.335	189.775	3 anos	5 anos	N/A	30,38	30,38	-	-	13,29		
Não-administradores	45	135.850	45.350	3 anos	5 anos	N/A	30,38	30,38	-	-	13,29		

Data da outorga: 19/11/2010							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.409.740,57	2.409.740,57
Diretoria	28	791.215	189.765	4 anos	5 anos	N/A	30,38	30,38	-	-	14,85		
Não-administradores	45	135.810	45.345	4 anos	5 anos	N/A	30,38	30,38	-	-	14,85		

Data da outorga: 12/08/2011							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	92.003,66	276.010,97
Diretoria	1	90.000	0	2 anos e 5 meses	4 anos e 5 meses	N/A	25,67	-	-	-	7,41		
Não-administradores	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Data da outorga: 12/08/2011							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	86.778,51	260.335,54
Diretoria	1	100.000	0	3 anos e 5 meses	4 anos e 5 meses	N/A	25,67	-	-	-	8,89		
Não-administradores	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		

Data da outorga: 18/10/2011							preço médio ponderado de exercício das opções ³					Valor reconhecido no resultado	
Órgão ¹	Número de Membros ²	quantidade de opções outorgadas ³	quantidade de opções canceladas ³	prazo para que as opções se tornem exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	em aberto no início do exercício social	perdas durante o exercício social	exercidas durante o exercício social	expiradas durante o exercício social	valor justo das opções na data de outorga ³	2011	Previsto 2012
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	176.184,91	1.057.109,47
Diretoria	5	250.000	-	3 anos	4 anos	N/A	28,30	-	-	-	10,23		
Não-administradores	3	60.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas		3,30%											

¹ A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado

² O Conselho de Administração da TOTVS possui 6 membros, no entanto, os senhores Laércio José de Lucena Cosentino e Sergio Földes Guimarães são membros não remunerados. O número de diretores 2011 representa a média ponderada pelos meses trabalhados no ano.

³ Quantidades e preços ajustados pelo efeito do desdobramento de ações à proporção de 1:5 realizado em 21/03/2011.

13.7. Opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social

Em 31/12/2010

Órgão ¹	Número de Membros	opções ainda não exercíveis						opções exercíveis					
		quantidade ¹	data em que se tornarão exercíveis	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	preço médio ponderado de exercício	valor justo das opções no último dia do exercício social	quantidade	prazo máximo para exercício das opções	prazo de restrição à transferência das ações	preço médio ponderado de exercício	valor justo das opções no último dia do exercício social	valor justo do total das opções no último dia do exercício social
Conselho de Administração	0	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria	30	3.645.685	de 0 a 3 anos	de 0 a 4 anos	N/A	N/A	20,13	220.885	30/01/2013	-	9,23	3,17	20,13
Não-administradores	41	224.910	de 0 a 3 anos	de 0 a 4 anos	N/A	N/A	20,13	-	-	-	-	-	-

¹ A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado

13.8. Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais

2011				
Conselho de Administração			Diretoria	
	Quantidade	Preço Médio (R\$)	Quantidade	Preço Médio (R\$)
Saldo de opções de compra no início do exercício	0	-	4.858.635	8,35
Movimentações:				
Exercida	0	-	(779.380)	9,23
Concedidas	0	-	500.000	27,30
Canceladas	0	-	(712.685)	11,47
Saldo de opções de compras no fim do exercício	0	-	3.866.570	20,13

Não houve opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, referente aos exercícios sociais de 2009 e de 2010.

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

a. modelo de precificação

O valor das Opções será determinado utilizando-se a metodologia “Black & Scholes”, que estabelece o valor justo considerando a expectativa de dividendos, a expectativa de volatilidade, a taxa de juros livre de risco e o prazo de maturidade.

b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Os dados e premissas utilizadas no modelo de precificação estão na tabela a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	4ª outorga (A)	4ª outorga (B)
Data	30/01/2008	22/01/2009	21/01/2010	19/11/2010	19/11/2010
Preço da outorga	R\$ 9,23	R\$ 7,21	R\$ 23,36	R\$ 30,38	R\$ 30,38
Expectativa de dividendos	2,4 %	3,3%	1,97%	2,00%	2,00%
Expectativa de volatilidade	37,94%	38,54%	37,37%	37,37%	37,37%
Taxa de juros livre de risco	11,75%	11,25%	10,75%	10,75%	10,75%
Prazo de maturidade	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos	4 anos
Valor justo	R\$ 3,17	R\$ 2,24	R\$ 7,96	R\$ 13,29	R\$ 14,85

	5ª outorga (A)	5ª outorga (B)	5ª outorga (C)
Data	12/08/2011	12/08/2011	18/10/2011
Preço da outorga	R\$ 25,67	R\$ 25,67	R\$ 28,30
Expectativa de dividendos	2,00%	2,00%	2,00%
Expectativa de volatilidade	34,60%	34,60%	34,60%
Taxa de juros livre de risco	10,75%	10,75%	10,75%
Prazo de maturidade	3 anos	4 anos	4 anos
Valor justo	R\$ 7,41	R\$ 8,89	R\$ 10,23

c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

As opções outorgadas possuem a regra de reserva de direito (*vesting period*) de 3 anos a contar da data da outorga, ou seja, a opção poderá unicamente ser exercida no prazo entre 3 e 5 anos a contar da outorga. Desse modo, a premissa utilizada para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado das opções foi o reconhecimento das opções em resultado ao longo de 3 anos.

d. forma de determinação da volatilidade esperada

A volatilidade anualizada foi determinada pelo desvio padrão das variações dos preços semanais da ação da TOTVS negociadas na Bovespa, ajustada pela distribuição de dividendos, no período de 10/03/2006 até a data de cada outorga.

e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não foram considerados outros elementos além daqueles descritos no item 13.9 (a).

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Além da contribuição para a seguridade social (INSS) os diretores podem aderir, voluntariamente, ao plano de previdência privada da Companhia. A contribuição básica consiste em contribuições mensais com seu valor limitado ao intervalo entre 2 a 5% da remuneração fixa (salário base) do diretor e tem uma contrapartida (depósito de igual valor) da Companhia. Adicionalmente, podem ser feitas contribuições voluntárias mensais ou esporádicas, porém, sem a contrapartida da Companhia.

Para fazer jus ao resgate do montante depositado pela Companhia, o diretor deverá contribuir com o programa ao menos por 3 anos, sendo que o percentual a ser resgatado varia conforme demonstrado na tabela abaixo:

Tempo de contribuição ao programa	Percentual do saldo das contribuições normais da empresa
Até 2 anos e 11 meses	-
De 3 anos a 3 anos e 11 meses	30%
De 4 anos a 4 anos e 11 meses	40%
De 5 anos a 5 anos e 11 meses	50%
De 6 anos a 6 anos e 11 meses	60%
De 7 anos a 7 anos e 11 meses	70%
De 8 anos a 8 anos e 11 meses	80%
De 9 anos a 9 anos e 11 meses	90%
A partir de 10 anos	100%

(R\$ mil)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária
Nº de membros	-	28
Nome do plano	-	Itaú Unibanco
Quantidade de administradores que reúnem condições para se aposentar	-	0
Condições para se aposentar antecipadamente	-	Não há possibilidade de aposentadoria antecipada
Valor acumulado atualizado das contribuições acumuladas até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa às contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 2.301.794,81
Valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	-	R\$ 573.552,43
Possibilidade de resgate antecipado e condições	-	O executivo tem direito a resgatar as contribuições da previdência privada, porém, com cancelamento do plano e sem possibilidade de retorno. Ele será elegível a contribuição da empresa, conforme tabela de tempo de contribuição.

O plano de previdência privada não contempla os membros do Conselho de Administração.

13.11. Remunerações do último exercício social 2011

Órgão ¹	Número de Membros ²	valor da maior remuneração individual	valor da menor remuneração individual	valor médio de remuneração individual
Conselho de Administração	4	235.872,00	197.996,40	226.403,10
Diretoria	31	2.810.190,25	408.943,23	980.082,76

¹ A Companhia não possui Conselho Fiscal instalado

² O Conselho de Administração da TOTVS possui 6 membros, no entanto, os senhores Laércio José de Lucena Cosentino e Sergio Földes Guimarães são membros não remunerados. O número de diretores 2011 representa a média ponderada pelos meses trabalhados no ano.

³ Considerando apenas os executivos que atuaram durante todos os 12 meses do ano.

13.12. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

O contrato de trabalho dos diretores prevê o pagamento de indenização aos mesmos exclusivamente na hipótese do desligamento do diretor ocorrer após as seguintes alterações societárias relevantes: alterações no poder de controle da Companhia; aquisições e/ou subscrições por terceiros de ações representativas de 20% do capital social da Companhia; reorganizações societárias; ou a deliberação da dissolução da Companhia.

Na hipótese da ocorrência de uma alteração societária relevante, e caso o diretor venha a ser desligado por demissão sem justa causa nos 12 primeiros meses, contados a partir da data da referida alteração societária, o diretor fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 18 vezes a sua remuneração mensal, bem como receberá integralmente os valores relativos à bonificação anual do exercício corrente.

Na hipótese da ocorrência de uma alteração societária relevante, e caso o diretor venha a ser desligado por demissão sem justa causa após os 12 primeiros meses, contados a partir da data da referida alteração societária, o diretor fará jus ao recebimento de uma indenização equivalente a 6 vezes a sua remuneração mensal, bem como receberá integralmente os valores relativos à bonificação anual do exercício corrente.

Caso o diretor venha a ser desligado por demissão ou por justa causa, ou ainda desligue-se voluntariamente após os 24 primeiros meses contados a partir da data da alteração societária relevante, o diretor não fará jus ao recebimento de quaisquer valores a título de indenização ou de bonificação anual.

E na hipótese de ocorrer o desligamento voluntário do diretor nos primeiros 6 meses contados a partir da data da alteração societária relevante, este não fará jus ao recebimento de quaisquer valores a título de indenização, porém poderá receber integralmente os valores relativos à bonificação anual do exercício corrente, desde que firme um contrato de não competição pelo prazo de 2 anos a contar da data do desligamento voluntário.

Para o presidente e alguns dos vice-presidentes da Companhia, o contrato ainda prevê o pagamento de indenização ao administrador desligado sem justa causa, independentemente da ocorrência de alteração societária relevante (conforme descrito acima), que pode atingir o equivalente até 30 vezes a sua remuneração mensal, além da manutenção de benefícios (como assistência médica e seguro de vida) por período não superior a 2 anos.

13.13. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Não aplicável. Não há controlador, direto ou indireto, na Companhia.

13.14. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por qualquer razão que não a função que ocupam.

13.15. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Inexistem administradores na Companhia que possuam remuneração por meio de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum ou de controladas do emissor.

13.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações relevantes aplicáveis a este item "13".